

ASTROGILDO FERNANDES DA SILVA JÚNIOR

**SABERES E PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA EM ESCOLAS
RURAIS (UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI MG,
BRASIL)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2007**

ASTROGILDO FERNANDES DA SILVA JÚNIOR

**SABERES E PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA EM ESCOLAS
RURAIS (UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI MG,
BRASIL)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Educação da
Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito
parcial para a obtenção do
título de Mestre em
Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes e
Prática Educativas

Orientadora: Profa. Dra.
Selva Guimarães Fonseca

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S586s Silva Júnior, Astrogildo Fernandes, 1966-
Saberes e práticas de ensino de História em escolas rurais (um estudo
no município de Araguari MG, Brasil) / Astrogildo Fernandes Silva
Júnior. - 2007.
173 f.

Orientadora: Selva Guimarães Fonseca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Professores de história - Formação - Teses. 2. História - Estudo e ensino - Teses. 3. Escolas rurais - Teses. I. Fonseca, Selva Guimarães. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU371.13:93

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Gilma Maria Rios (UNIPAC – Araguari)

Profa. Dra. Myrtes Dias da Cunha (UFU)

Profa. Dra. Selva Guimarães Fonseca – Orientadora (UFU)

Uberlândia, 09 de março de 2007.

Um galo sozinho não tece uma manhã:
Ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

(MELO NETO, João Cabral de. A educação
pela pedra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,
1996. p. 35)

À memória da minha irmã, Cristiane Vieira da Silva, uma pessoa encantadora, cuja presença tive o privilégio de compartilhar por 26 anos. Deixou-nos muito jovem, mas, tempo suficiente para que eu pudesse aprender o gosto pela vida e a coragem de não desistir nunca.

AGRADECIMENTOS

A realização do sonho de concluir o Mestrado em Educação se deve à sorte que tive de cruzar, ao longo de minha vida, com tantas pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente.

Para não correr o risco de fazer dos agradecimentos um capítulo à parte da dissertação, vou tentar ter o cuidado de ser breve e, ao mesmo tempo, não ser injusto, deixando de lembrar pessoas importantes que fizeram com que este caminho se tornasse mais tranquilo.

Dizem que, durante a escrita da dissertação, a solidão se faz presente. Não posso comungar com essa afirmação. Em momento algum estive sozinho. Nos instantes de angústia ou em que me sentia perdido, pude sempre contar com o apoio ou de minha orientadora, ou de meus amigos, ou de familiares.

Nas próximas linhas, procurei registrar alguns nomes a quem agradeço e tenho certeza de que sem eles não seria possível realizar esta empreitada:

Aos meus pais, Alda e Astrogildo, obrigado pelo apoio, incentivo e exemplo que vocês são para mim.

A minha tia, Maria Claudia, obrigado pelos cuidados constantes, você é para mim minha segunda mãe.

A minha irmã Rosane, exemplo de profissional, filha, mãe e mulher. Amo-a e admiro-a muito!

Ao meu irmão Cláudio, exemplo de coragem e determinação.

Não posso deixar de agradecer a minha irmã Cristiane, para quem dediquei este trabalho, mesmo não estando presente fisicamente, sua pessoa em minha memória é marcante, viva, e tenho certeza de que será eterna.

Aos meus sobrinhos lindos, Mariana e Osório, a nova geração da família, que me traz a convicção de que vale a pena lutar por um mundo melhor.

Ao meu cunhado Antonio Guirelli.

A Selva, minha orientadora, obrigado pela amizade, pelo carinho e pela paciência. Gostaria de deixar registrado o quanto aprendi ao longo de nosso convívio e a honra que é para mim ter sido orientado por você. A você o meu profundo respeito e gratidão.

Aos professores da Banca de Qualificação, César Ortega e Myrtes Cunha cuja constante contribuição foi muito importante.

Aos professores da Banca Examinadora Gilma Maria Rios e Myrtes Cunha.

Aos professores da turma do Mestrado em Educação UFU – 2005, Selva, Graça, Myrtes, Carlos Lucena, Arlete e Humberto Guido, para mim, um exemplo de profissionalismo.

Ao James e Gianni sempre simpáticos e prestativos.

Aos professores colaboradores desta pesquisa: Maria Aparecida Guedes, Reginaldo Faustino, Maria Cristina, Ana Cristina, Kátia Machado, Vânia Rodovalho e Ana Maria. A vocês, meus sinceros agradecimentos pela valorosa contribuição. Com vocês, pude aprender um pouco mais sobre o que é ser professor de História em escolas rurais.

Aos colegas de orientação: Jacqueline, Thamar e Raquel Elaine. Obrigado, pela amizade, apoio e pela contribuição profissional.

Aos meus colegas do Mestrado em Educação da UFU de 2005, em especial gostaria de citar alguns colegas com quem tive oportunidade de conviver por mais tempo e com maior profundidade: Kergilêda, Fernanda Duarte, Fernanda Rosa, Tereza Cristina (Teca), Leomar, Angela, Sandra, Fátima, Adriana e Gisele.

A Roberta Tiago, mais do que uma colega é uma grande amiga, uma irmã que escolhi, obrigado e parabéns pelo talento, não só de cantar mais de fazer as pessoas sorrirem.

A Zeli Alvim, amiga, companheira, obrigado pelas longas conversas, pelo convívio que sempre me fez tão bem.

Aos meus diretores das escolas em que trabalho, obrigado por facilitarem meu trabalho, sei o quanto é difícil a falta de um professor. Obrigado pelo apoio e compreensão a: Andréia Luciano, Maria Aparecida Guedes e Argélia Cardoso.

À Secretária de Educação de Araguari – MG, Maria Eleonora Scalia, obrigado pelo apoio e por ter facilitado minha pesquisa.

As inspetoras Elci Gomide e Lindinalva Carrijo, obrigado pelo apoio e pelas contribuições.

Aos funcionários do Arquivo Municipal Calil Porto, em particular, a minha amiga Lucélia.

A Thais Tormim, professora da minha Graduação, obrigado pelo incentivo e pelas valiosas contribuições.

Aos meus colegas de trabalho e em especial o meu muito obrigado a Marcelle, Dansone, Fernando, Leonardo, Sueli Gomes, Tânia Mara, Eliana, Rosa Maria, Mara, Anderson e Regina.

A todos os meus alunos, que, ao longo de 10 anos, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus amigos: Lourenço, Sueli, João Batista, Wesley e Eurico, obrigado por compreenderem minha ausência.

A Maria Cristina, pelo companheirismo, pelo apoio, e dedicação. São mais de quinze anos de convivência marcados pela confiança, carinho e amizade.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a formação, os saberes e as práticas pedagógicas de professores de História na educação básica em escolas do meio rural no município de Araguari – MG, Brasil. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) descrever e interpretar o cenário, os aspectos sócio econômicos e culturais dos distritos de Araguari – MG, em especial, as condições nas quais se efetiva a educação rural; 2) compreender o processo de construção da identidade docente dos professores de História, no contexto histórico da educação rural, no Brasil e no município de Araguari-MG; 3) analisar a constituição dos saberes e das práticas de ensino de História na educação básica nas escolas rurais no município de Araguari-MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja abordagem metodológica utilizada inspira-se na modalidade da história oral temática. Foi entrevistado um grupo de sete professores de História da rede municipal e estadual de ensino, que atuam desde as séries finais do ensino fundamental até o ensino médio no meio rural, e duas gestoras da educação rural. As narrativas orais foram transcritas e textualizadas com o objetivo de produzir uma reflexão sobre as necessidades, dificuldades e possibilidades de trabalho pedagógico na área de História, nas escolas no meio rural, sobre o processo de construção da identidade docente, a identidade escolar no meio rural bem como as singularidades do aluno e da cultura escolar no meio rural. As fontes orais foram complementadas por diversas fontes escritas (leis, currículos, diretrizes institucionais, jornais e livros didático), icnográficas (fotografias) e dados estatísticos. O estudo revelou que o espaço rural do município de Araguari – MG é marcado por permanências e descontinuidades, inseridas no contexto de transformações sócio-econômicas e culturais, que caracterizaram o cenário rural brasileiro nas últimas décadas. Os alunos das escolas rurais investigadas são diversos: há diferenças de renda familiar, origem geográfica, gênero, idade, nível de informação e sociabilidade; religião e outras. Alguns são filhos produtores familiares, agricultores ou de trabalhadores rurais, muitos deles migrantes de outras regiões, muitos trabalham em outras atividades que constituem o chamado “novo rural”. As salas de aulas são espaços multiculturais. Os professores colaboradores foram unânimes em afirmar que a formação inicial não os preparou para a realidade rural, logo, demandam formação continuada para atender as especificidades do contexto escolar; que, apesar de ser prevista em Lei, esse direito não é assegurado na prática. Em suas narrativas, evidenciaram o compromisso com saberes e práticas de ensino de História que façam sentido para o aluno, que problematizem a realidade em que vivem. Quanto ao significado do ensino de História, há posições distintas: alguns professores se preocupam mais com a formação do aluno para enfrentar o mercado de trabalho, para se adequar à realidade rural, outros defendem uma formação mais crítica, a autonomia do aluno, a formação da cidadania plena. Concluímos que a educação escolar, para as pessoas que vivem e trabalham no campo, deve possibilitar a compreensão e a ampliação das oportunidades dos sujeitos para que sejam capazes de lutar pelas transformações necessárias na realidade sócio, econômica e cultural. E nesse sentido, as pesquisas acadêmicas em colaboração com as escolas rurais podem ser um caminho de mudanças do processo educativo, pois valorizam e evidenciam os problemas e as possibilidades.

ABSTRACT

This work has as object of study the education, the knowledge and the pedagogical practices of History teachers in the basic education of rural schools in Araguari - MG, Brazil. The research specific objectives are: 1) to describe and interpret the scenery, the socio-economic and cultural aspects of Araguari - MG, and especially, the conditions in which the rural education is accomplished; 2) to understand the process of construction of the History teachers educational identity in the historical context of the rural education in Brazil and in Araguari-MG; 3) to analyze the constitution of knowledge and History teaching practices in the basic education of the rural schools in Araguari-MG. It is a qualitative research, whose methodological approach is inspired by the thematic oral history. Two administrative managers of the rural education and a group of seven History teachers of the town and state schools were interviewed. The teachers work for the elementary and high school levels. Oral narratives were transcribed and textualized with the objective of producing a reflection on the needs, difficulties and possibilities of pedagogic work in the area of History in the rural schools, regarding the process of construction of the educational identity, the school identity as well as the student's singularities of the school culture in the rural area. The oral sources were complemented by several written sources (laws, curricula, institutional guidelines, newspapers and textbooks), iconographic sources (pictures) and statistical data. The study revealed that the rural area of Araguari - MG is marked by permanencies and discontinuities inserted in the context of socioeconomic and cultural transformations, that characterize the Brazilian rural scenery in the last decades. There are several types of students in the investigated rural schools; there are differences of family income, geographical origin, gender, age, level of information and sociability; religion, etc. They come from producers, farmers or rural workers' families. Many of them are migrants of other areas what constitute the so called "new rural". The classrooms are multicultural spaces. The collaborating teachers were unanimous in affirming that the initial education didn't prepare the students for the rural reality. Therefore, they demand continuous education to assist the specificities of the school context, a right that, in spite of being prescribed by Law, it is not insured in practice. In their narratives, they evidenced the commitment with knowledge and History teaching practices that make sense for the student and deal with his reality. Regarding the meaning of the History teaching, there are different positions: some teachers are more worried about the student's education while facing the job market and adapting themselves to the rural reality. Others defend a more critical education, the student's autonomy and the construction the citizenship. We concluded that the school education for the people that live and work in the field should make possible the understanding and the amplification of the opportunities of the subjects so that they are capable to struggle for the necessary transformations in the socio, economic and cultural reality. In that sense, the academic researches in collaboration with the rural schools can be a way of changes of the educational process, as they value and evidence problems and possibilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Minha história... na história	18
2. A pesquisa: o tema, problemas, justificativas e objetivos	20
3. A escolha metodológica: a História Oral Temática	22
4. Os colaboradores	29
5. Como está organizada a dissertação	32

CAPITULO I – O CENÁRIO DA TRAMA: espaço e tempo de constituição dos sujeitos

1.1 Araguari: um breve histórico	38
1.2 O meio rural do município de Araguari no contexto sócio-histórico do início do século XXI	42
1.3 Percursos da história da educação no município de Araguari-MG	47
1.3.1 A educação escolar rural no município de Araguari-MG	50
1.3.2 As escolas rurais de educação básica (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) do município de Araguari-MG	59
1.3.2.1 Centro Educacional Municipal Ozório Vieira Carrijo	60
1.3.2.2 Centro Educacional Municipal Rosa Mameri Rade	62
1.3.2.3 Centro Educacional Municipal José Inácio	64
1.3.2.4 Centro Educacional Municipal Justino Rodrigues da Cunha	66
1.3.2.5 Escola Estadual Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha	68
1.3.2.6 Escola Estadual Artur Bernardes	70

**CAPITULO II – SER PROFESSOR DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA NO MEIO RURAL: identidades em construção**

1. Identidade: um conceito em construção	73
2. A educação rural: uma história de exclusão	79
3. As escolas rurais no município de Araguari-MG: um espaço multicultural	87
4. A formação dos professores de História na e para a realidade rural	93
5. Experiências, trajetórias de vida, sonhos na constituição do ser professor de História na educação básica nas escolas rurais	108

**CAPITULO III – SABERES E FAZERES DE PROFESSORES DE
HISTÓRIA NAS ESCOLAS RURAIS**

1. O saber docente: uma amálgama de vários saberes	119
2. O ensino de História como possibilidade de luta por uma escola do campo	121
3. O saber histórico escolar nas escolas rurais	127
4. Saberes e práticas de professores de História das escolas rurais	131
4.1 As diferentes fontes e as metodologias utilizadas	138
4.2 A difícil tarefa de avaliar	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

APÊNDICE – Roteiro das entrevistas

ANEXO – Mapa do município de Araguari – MG destacando as escolas rurais

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do Brasil destacando o Estado de Minas Gerais em especial a cidade de Araguari-MG.

Mapa 2 – Mapa do município de Araguari-MG destacando as escolas rurais.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

CBC	Currículo Básico Comum
CEM	Centro Educacional Municipal
CEB	Conselho da Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESEBA	Escola de Educação Básica
EMC	Educação Moral e Cívica
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
ETEF	Escola Técnica Feminina
FAEC	Fundação Aragarina de Educação e Cultura
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari - MG
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
GPTE	Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PACTo	Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária
PPP	Projeto Político Pedagógico
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SESIMINAS	Serviço Social da Indústria de Minas Gerais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UFU	Universidade Federal de Uberlândia - MG
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNITRI	Universidade do Triângulo
UnB	Universidade de Brasília
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFS	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE IMAGENS

1. Transporte escolar, no CEM Rosa Mameri Rade (Comunidade do Alto São João)
2. CEM Ozório Vieira Carrijo (Comunidade do Barracão)
3. CEM Rosa Mameri Rade (Comunidade do Alto São João)
4. CEM José Inácio (Distrito da Contenda)
5. CEM Justino Rodrigues da Cunha (Comunidade de Águas Claras)
6. Projeto Escolar: Valorizando nossa região, no CEM Justino Rodrigues da Cunha (Comunidade de Águas Claras)
7. E. E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha – Distrito de Piracaíba
8. Alunos da E.E. Artur Bernardes (Distrito de Amanhece)
9. E.E. Artur Bernardes (Distrito de Amanhece)
10. Alunos do CEM José Inácio (Distrito da Contenda) – Apresentação da peça: Morte e Vida Severina, na Biblioteca Municipal de Araguari – MG

INTRODUÇÃO

*Esta cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor que tiraste em
vida,
é de bom tamanho,
nem largo, nem fundo,
é a parte que te cabe,
deste latifúndio.
(Este trecho foi retirado da obra
de João Cabral de Melo Neto,
Morte e Vida Severina).*

Minha história ... na história

“A educação é algo fundamental, pois só por meio dela podemos acreditar em mudanças em nossa história de vida”. Cresci ouvindo essa afirmação, meus pais acreditavam nisso. Assim, dedicaram suas vidas para proporcionar aos filhos uma educação que possibilitasse mudar a realidade. Meu pai é um homem com poucos estudos, sempre viveu no campo, estimulou e apoiou a educação escolar dos seus quatro filhos. Minha mãe abandonou sua profissão de professora em função da família, também não pensava diferente de meu pai. Viviam, e meus pais ainda moram na comunidade rural chamada “Barracão” no município de Araguari em Minas Gerais – Brasil. Nesta comunidade, meu pai doou um terreno para a construção de uma escola. Uma professora, funcionária da Prefeitura Municipal de Araguari, vivia durante a semana, no período em que dava aulas, em minha casa, pois era impossível voltar para a cidade todos os dias. Nessa escola, cursei até a quarta série do primeiro grau, ensino fundamental. Antes disso, o estímulo para a educação escolar vinha por meio de livros que meu pai comprava e com que me presenteava. Antes de ler as letras já lia as imagens.

Convivi, desde criança, com a certeza de que não havia outro caminho para ser feliz, senão passando pela educação escolar. Queria fazer parte da escola. A idade mínima para começar a vida escolar no ensino fundamental era aos 07 anos. De tanto insistir com a professora e com o apoio de meus pais, comecei a estudar aos 06 anos, mesmo sem estar matriculado. Para mim, era algo imprescindível. Assim, comecei minha vida escolar.

Saí de casa aos 10 anos para continuar os estudos na cidade de Araguari. As séries iniciais propiciadas pela escola do campo ocorriam em uma sala multiseriada, um espaço físico precário; a formação dos professores não correspondia nem ao atual ensino médio, não havia água tratada, instalação de esgoto, nenhum material didático, mas o pouco que era oferecido foi, por mim, muito valorizado. Tenho uma lembrança muito boa de minha experiência como aluno de uma escola rural e, por isso sou apaixonado pelo tema “educação rural”. Acredito ser possível uma educação no campo que recupere e valorize o saber, a cultura, a ética e os valores próprios de uma educação que atenda às necessidades dos homens do campo.

Concluída a quarta série, na zona rural, cada um dos quatro irmãos, com idades diferentes, intervalo de 03 anos, deixávamos o aconchego e a proteção dos pais, mudando-nos para a cidade de Araguari-MG com a finalidade de continuar os estudos. Morava com minha tia, que sempre me tratou como filho. Não entendia muito bem o porquê da necessidade da separação, mas não havia escolha. Posso afirmar que era algo que doía muito, era uma separação que me fazia sofrer. Sempre que me volta este “quadro” à memória, vejo minha mãe chorando muito, principalmente, na despedida, quando eu retornava para cidade.

Sou o segundo filho de quatro irmãos, fui o último a concluir o ensino superior. Optei por trabalhar e ajudar na formação de meus irmãos. Somente, aos 26 anos, em 1993, decidi retornar os estudos e optei pelo curso de História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG (FAFI).

A escolha pela graduação em História se deu pelo interesse pela disciplina e por acreditar que seria uma forma de ampliar o conhecimento de uma forma geral. Não possuía a menor intenção de ser professor. O percurso na Graduação me despertou o interesse pelo Magistério e, antes de concluir a Licenciatura, já estava trabalhando em salas de aulas, de onde não saí desde então.

Em 1996, voltei à escola rural, próxima da comunidade em que estudei, precisamente para a Escola Estadual Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha, no Distrito de Piracaíba, como professor de História. Encontrei uma realidade bem diferente da que vivi como aluno: uma escola que possuía ampla rede física oferecia até a 3ª série do ensino médio, transporte para alunos e professores, biblioteca e sala de vídeo. Mas alguns problemas ainda permaneciam: evasão, repetência, analfabetismo. Tais problemas me incentivaram a buscar o crescimento profissional, a continuar meu processo de formação docente.

Em 2000, fiz o Curso de Especialização *Lato Sensu* na Universidade Federal de Uberlândia, oferecido pelo Instituto de História: “Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História: Retrospectiva e Atualizações Historiográficas”. O contato com os colegas, com os professores, com o ambiente universitário reforçou-me o desejo de continuar os estudos. O sonho de fazer o Curso de Mestrado se tornou mais vivo, porém as dificuldades do dia-a-dia, principalmente a carga horária excessiva de trabalho, uma média de 48 aulas semanais, fizeram com que o meu sonho fosse adiado.

Em 2004, ingressei no Mestrado em Educação na UFU, Universidade Federal de Uberlândia. A partir daí, delimitei meu objeto de estudo, a investigação sobre a educação rural, os saberes e as práticas de professores de História em escolas rurais.

A pesquisa: o tema, problemas, justificativas e objetivos

As preocupações que desencadearam a pesquisa relacionam-se com minha história de vida e, em especial, com minha trajetória de professor de História em escolas rurais no município de Araguari. Como já afirmei anteriormente, fui aluno de uma escola rural, iniciei minha experiência docente também em uma escola rural e, neste espaço, permaneci atuando até o ano de 2007.

Na minha prática como professor de História, sempre privilegiei o diálogo com os alunos. Acredito que somente por meio do diálogo é possível a comunicação, pois, a partir do diálogo, posso conhecer melhor os alunos e selecionar o conteúdo programático de forma que, realmente, faça sentido na realidade vivida por eles.

O desafio de despertar o interesse dos alunos nas escolas rurais pela História foi uma tarefa árdua, marcada por vitórias e derrotas. Vitórias quando tinha a certeza do dever cumprido, isto é, quando percebia que o aluno conseguia compreender a História, estabelecer relações, produzir conhecimentos. O sentimento de derrota acontecia quando, mesmo depois de buscar diferentes maneiras de ensinar, o aluno ainda se mostrava desmotivado, sem interesse em aprender, conhecer, discutir a História.

Mesmo diante das adversidades, do dia-a-dia nas salas de aula em escolas rurais, acredito em uma escola do campo que auxilie na formação de sujeitos críticos, capazes de transformar a sociedade em que vivem em um lugar melhor, mais justo, mais humano. Não acredito na educação escolar em que o educando recebe, passivamente, os conhecimentos tornando-se depósito de um saber alheio do educador. Comungo com Freire (1983) na sua crítica à educação bancária. Educa-se para arquivar o que se

deposita. Mas, o que é arquivado é o próprio homem, que perde seu poder de criar, se faz menos homem, se transforma em peça. O destino do homem, segundo Freire (1983), deve ser criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua atuação.

Ao longo dos anos atuando como professor de História de escolas rurais, no município de Araguari-MG, tive a oportunidade de trabalhar em cinco escolas, em comunidades rurais diferentes, desde a quinta série do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio. Sempre tive a preocupação de ouvir os alunos, conhecer suas diferentes realidades, para que, assim, pudesse ter o ensejo de proporcionar aulas que se revestissem de sentido para os alunos.

No trabalho docente, muitas vezes solitário, busquei, insistentemente, a construção de conhecimentos com os alunos. Não satisfazia com os saberes prontos, queria conhecer mais. A realização desta pesquisa representou para mim uma possibilidade de reflexão sobre ser professor de História no meio rural, a construção de novos conhecimentos sobre o ofício do professor no campo.

Para mim, fica cada vez mais claro o desafio de luta para concretizar uma nova escola do campo que leve em conta toda sua diversidade, não a vejo como arremedo da escola da cidade, mas uma possibilidade de recuperar a importância histórica e social do rural, que não trate o povo do campo como uma espécie em extinção.

Algumas questões suscitaram este estudo: em quais condições sociais, econômicas e culturais se efetiva a experiência da educação rural no município de Araguari-MG? Como se dá a formação inicial e continuada dos professores de História que atuam nas escolas rurais? Em que fontes, projetos e processos formadores os professores constroem seus saberes, práticas, valores, culturas e identidades? Há uma preparação pedagógica voltada para atuação do professor no campo? Quais conteúdos de História são considerados adequados, aceitos, necessários nessas realidades específicas?

Na busca de respostas a essas problemáticas, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a formação, os saberes e as práticas pedagógicas de professores de História no contexto da educação básica em escolas do meio rural no município de Araguari-MG.

Os objetivos específicos foram: 1) descrever e interpretar o cenário, os aspectos sócio econômicos e culturais dos distritos de Araguari-MG, sobretudo, as condições nas quais se efetiva a educação rural; 2) compreender o processo de

construção da identidade docente dos professores de História, no contexto histórico da educação rural no Brasil e no município de Araguari-MG; 3) analisar a constituição dos saberes e das práticas de ensino de História na educação básica, nas escolas rurais no município de Araguari-MG.

3. A escolha metodológica: a História Oral Temática

O processo de investigação privilegiou a abordagem qualitativa de pesquisa educacional. Consideramos que essa abordagem possibilita ao investigador uma visão ampla do objeto estudado e seu envolvimento com a realidade social, política, econômica e cultural em que está inserido, pois não se limita a investigar aspectos superficiais e imediatos. A abordagem qualitativa permite considerar, respeitar e valorizar a subjetividade dos sujeitos da pesquisa: pesquisadores e colaboradores.

O caminho metodológico escolhido para a investigação foi a história oral temática. Na pesquisa, combinamos o emprego de fontes orais e escritas. Utilizamos, de forma complementar, as entrevistas orais realizadas com os professores de História e gestores, documentos oficiais da Secretaria de Educação de Araguari e também os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP¹ -, com o objetivo de conhecer a especificidade das escolas. Alunos e pais não foram entrevistados, mas não foram esquecidos, procuramos, ou por meio das vozes dos professores, ou por meio de análise de documentos, captar os anseios de toda a comunidade escolar. As fotografias foram usadas como fonte complementar, com o objetivo de ampliar as narrativas, o olhar do leitor, a compreensão do universo investigado. As fotografias são, aqui, concebidas, como fontes parciais, seletivas, carregadas de subjetividade, de intencionalidades. Não são concebidas como fontes neutras, espelho fiel da realidade, mas representações do real.

Realizamos um levantamento e a análise bibliográfica, ao longo da pesquisa, com o objetivo de auxiliar no processo metodológico e de análise. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em estudos produzidos sobre a educação rural, o ensino de História, a formação e os saberes docentes e também sobre a história oral.

¹ A nova LDB, Lei n. 9394/96, dispõe, no inciso I do artigo 12, a atribuição aos estabelecimentos de ensino da incumbência de elaborar e executar a sua Proposta Política Pedagógica – PPP -, que possibilitará introduzir mudanças planejadas e compartilhadas, um compromisso com a aprendizagem do aluno e com a educação de qualidade para todos os cidadãos. O PPP tem por objetivo envolver todos os atores do processo educacional numa construção coletiva em busca da excelência da educação.

Ao longo da investigação, dialogamos com os professores das escolas rurais, entendendo que estes não precisam de que alguém lhes dê voz e, sim, de alguém que ouça e registre o que, há muito tempo, vêm gritando. Trabalhamos na perspectiva de valorizar as vozes do professor, acreditamos que a voz é o sentido que reside no indivíduo e que lhe permite participar em uma comunidade. Segundo Benjamim (1994), por meio da voz dos sujeitos, é possível trazer a experiência de volta à história. A luta por se fazer ouvir deve ser valorizada, é necessário falar, ser ouvido. A voz sugere relações: a relação do indivíduo com o sentido de sua experiência e a relação do indivíduo com o outro, pois a compreensão é um processo social.

No sentido de ouvir tais vozes é que desenvolvemos a pesquisa, lembrando que, em essência, buscamos construir um conhecimento que considere a realidade e as condições concretas em que vivem e trabalham os professores, visto que não há profissional sem pessoa. O que somos, como somos, como ensinamos está relacionado à nossa experiência de vida, pois a vida é o espaço de formação, como afirma Fonseca (2002),

Os sujeitos constroem seus saberes, permanentemente, no decorrer de suas vidas. Esse processo depende e alimenta-se de modelos e espaços educativos, mas não se deixa controlar. Ele é dinâmico, ativo e constrói-se no movimento entre os saberes trazido do exterior e o conhecimento ligado à experiência. Ele é histórico, não se dá descolado da realidade sociocultural (FONSECA, 2002, p.89).

O propósito da pesquisa foi investigar a formação, os saberes e as práticas pedagógicas dos professores de História de escolas rurais, a realização desta empreitada exige que assumamos, desde já, um enunciado de Tardif (2002):

Os professores são atores competentes, sujeitos ativos, deveremos admitir que a prática deles não seja somente um espaço de aplicação de saberes provenientes da teoria, mas também um espaço de produção de saberes específicos oriundos desta mesma prática (TARDIF, 2002, p. 234).

O autor considera o professor sujeito ativo de sua própria prática. É o professor que tem condições para abordar sua prática e organizá-la a partir de sua vivência, de sua história de vida, de sua afetividade e de seus valores. Seus saberes estão enraizados, em sua experiência no ofício da docência. Estes saberes são representações cognitivas e também possuem dimensões afetiva, normativa e existencial. Age segundo crenças e certezas pessoais, com base nas quais filtra e organiza sua prática, por isso, a importância de ter acesso, de registrar e transmitir a “voz ao professor”.

Acreditamos que o professor de História pode contribuir para que o aluno adquira as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é um dos responsáveis pela educação da criança, do jovem, para desenvolver neles o respeito e valorizar a diversidade. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas e a partir daí, refletir sobre possíveis transformações do espaço específico em que vivem e atuam. Para isso, defendemos a importância de analisar as experiências educativas de professores de História de escolas rurais, por meio do registro de suas vozes, do que pensam dos significados que atribuem aos seus saberes e fazeres.

A metodologia de investigação inspirou-se na história oral, por entendermos que, por intermédio das narrações, o registro da riqueza da experiência de cada um dos sujeitos colaboradores dá significado às nossas questões. Segundo Bom Meihy (2002), essa tendência não é um modismo, ela é uma variante do conhecimento e, assim, não é o mero resultado de uma onda passageira. O autor conceitua a história oral e a define como uma prática de apreensão de narrativas, registradas por meio do uso de meios eletrônicos, que têm como objetivo recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, facilitando, assim, o conhecimento do ambiente social imediato. Bom Meihy (2002) justifica a utilização dessa metodologia, afirmando que:

A história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdam os dilemas e as benesses da vida no presente. (BOM MEIHY, 2002, p. 13).

Seu potencial documental e heurístico vai além dos aperfeiçoamentos técnicos de uma simples ciência auxiliar, podendo, desde que utilizado com conhecimento de causa, desembocar num verdadeiro salto qualitativo. A história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação, como estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história, estimula um olhar etnográfico, crítico e interpretativo das relações entre os sujeitos, os espaços e as culturas singulares.

Fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, científicos, e não, simplesmente, fazer um relato ordenado da vida e das experiências dos sujeitos. Segundo Lozano (2005),

A história oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma

problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recopiladas ou acessíveis (LOZANO, 2005, p. 16).

A história oral é também identificada como “história vista de baixo” ou “uma outra história”, (Bom Meihy, 2002) contribui para a luta pelo reconhecimento de grupos sociais, antes sufocados pelos direitos dos vencedores, dos poderosos, daqueles que podiam ter suas histórias reconhecidas, graças aos documentos emanados de seus poderes. Muitos historiadores orais defendem essa metodologia, vendo nela a garantia da criação de uma verdadeira história alternativa, democrática, uma história que dá acesso às vozes dos “vencidos”. É um método que nos possibilita ouvir o que o professor tem a dizer sobre sua vida, seus saberes, sua formação, as relações com suas práticas de ensino, seus alunos e o meio cultural de sua atuação.

Essa metodologia remete-nos aos ensinamentos de Walter Benjamin. Ao valorizar a voz do narrador, Benjamin (1994) traz ao centro das discussões aspectos como: o sonho, a cultura e a experiência. Para o autor, isso significa escrever a história a contrapelo, preencher as lacunas, as brechas e não apenas fazer outro discurso, mas implodir o discurso dado. É fazer aparecer o que ficou apagado, é integrar os excluídos, enfim, trazer à tona as experiências dos sujeitos históricos.

Um aspecto importante, que consideramos ao realizar as entrevistas, foi o ato de rememorar, pois, na rememoração é reconstruído o passado vivido, a partir de referenciais do presente. Segundo Bosi (2006), “*se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre é uma tarefa, uma paciente reconstituição*” (Bosi, 2006, p. 39). De acordo com a autora,

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos. Quando Scheerazade contava, cada episódio gerava em sua alma uma história nova, era a memória épica vencendo a morte em mil e uma noites (BOSI, 2006, p. 90).

Durante as entrevistas, por meio das questões desencadeadoras, estimulamos o exercício da memória dos colaboradores, sobre seus saberes e práticas como professores de História em escolas rurais. Deixamos muito clara a importância dos narradores e de suas memórias para a pesquisa. Rusen (2001) esclarece sobre a importância da narrativa para a história da seguinte maneira:

O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido (RUSEN, 2001, p. 62).

De acordo com Benjamin (1994), as memórias são importantes, pois são plenas de conhecimentos e sensibilidades, relacionam-se com o vivido. A memória é sempre ligada ao presente, é um entrecruzamento de tempos, espaços e vozes. Memória é vida, ensejo de experiências vivida. Na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida.

Optamos pela história oral temática, pois focalizamos um assunto preestabelecido, no caso, os saberes e os fazeres de professores de História de escolas rurais no município de Araguari - MG. Diferente da história de vida, para a história oral temática, interessa, a história pessoal do narrador, apenas aquilo que revela aspectos úteis à informação temática central (Bom Meihy, 2002). O pesquisador levanta os problemas e busca, no diálogo com os narradores, as respostas possíveis e outras, de forma aberta e criativa.

São diversas as contribuições da história oral temática para as pesquisas educacionais. Numa perspectiva crítica e reflexiva de formação e prática docente, o foco volta-se para os saberes experienciais do professor e sua reflexão sobre seus saberes sua prática. Assim, a pesquisa foi centrada em sujeitos específicos, que são os professores de História que atuavam em escolas públicas localizadas na zona rural do município de Araguari MG, no ano de 2005.

Fizeram parte do universo pesquisado sete professores que atuaram nessas escolas rurais, em diferentes comunidades que fazem parte do município de Araguari, no ano de 2005, e duas gestoras que trabalhavam na Secretaria Municipal de Araguari. Os critérios de seleção dos professores foram os seguintes: ser licenciado em História; estar em diversos momentos da carreira, isto é, alguns no início da carreira outros com uma média de 10 anos de profissão e outros aposentados ou próximos da aposentadoria;

homens e mulheres; idades diferentes, que atuam em comunidades rurais distintas, nas séries finais do ensino fundamental e em todo o ensino médio. Estes critérios tiveram o objetivo de captar a heterogeneidade e a complexidade do ser professor em uma realidade cultural específica. Os sete professores, ou seja, a totalidade dos professores de História que atuavam nas escolas de educação básica (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) corresponderam aos critérios pré-estabelecidos.

Os entrevistados, como usual, não foram tratados como “objetos de pesquisa”, “atores sociais”, “informantes”, pois isso rebaixaria o entrevistado à condição de tema de estudo, desvalorizando-o, assim, como pessoa, sujeito histórico. A relação político-existencial com a pesquisa despertou-nos a preocupação de discutir os resultados do trabalho com os professores entrevistados, com o retorno das entrevistas. Reconhecemos os professores como co-pesquisadores, colaboradores.

A pesquisa centrou-se, portanto, em 04 escolas municipais rurais e 02 escolas estaduais rurais do município de Araguari. As características destes estabelecimentos serão detalhadas no primeiro capítulo dessa dissertação.

Em 2005, havia 08 professores de História atuantes nas escolas rurais do município de Araguari. Na E.E. Artur Bernardes, Distrito de Amanhece, atuavam as professoras Maria Aparecida Guedes, Maria Cristina e Kátia Machado. Na E. E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha, Distrito de Piracaíba atuavam a professora Ana Cristina e o professor Astrogildo Fernandes da Silva Júnior. No C.E.M. José Inácio, Distrito da Contenda atuavam o professor Reginaldo Faustino, a professora Vânia Rodovalho e a professora Ana Maria. No C.E.M. Ozório Vieira Carrijo, na Comunidade do Barracão, trabalharam os professores Astrogildo Fernandes da Silva Júnior e Ana Cristina. No C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha, Comunidade de Águas Claras, as professoras de História foram: Vânia Rodovalho e Ana Maria. No C.E.M. Rosa Mameri Rade, Comunidade do Alto São João atuou o professor Astrogildo Fernandes da Silva Júnior.

Um dos professores rurais era eu, assim, a pesquisa apresenta características de pesquisa participante², pois investigamos e atuamos como professor de História de escolas rurais. Em 2005, como já foi registrado, atuamos em 03 escolas rurais em comunidades distintas no município de Araguari-MG, são elas: E.E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha no Distrito de Piracaíba; Centro Educacional Municipal - C.E.M.

² EZPELETA, Justa, ROCKEWELL Elisie **Pesquisa Participante** Editora Cortez, São Paulo, 1989.

Ozório Vieira Carrijo, na Comunidade do Barracão; e C.E.M. Rosa Mameri Rade na Comunidade do Alto São João. A investigação fez com que a todo o momento refletíssemos sobre a prática e, ao mesmo tempo, requereu uma vigilância permanentemente para que a imersão, a atuação, o envolvimento profissional e afetivo não alterasse, metodologicamente, os rumos da investigação.

A primeira etapa da pesquisa constituiu no levantamento, nas escolas públicas rurais, dos professores de História, que formaram o grupo/rede de colaboradores. Na escola estadual E.E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha, no Distrito de Piracaíba, entramos em contato direto com a professora de História Ana Cristina, com quem conversamos sobre a pesquisa e marcamos o encontro para a entrevista. Na outra escola estadual rural, no Distrito de Amanhece, E.E. Artur Bernardes, ligamos para a escola, entramos em contato com a direção, que nos informou o telefone das professoras. Em relação às escolas da rede municipal, fomos até a Secretaria de Educação de Araguari e conseguimos o telefone dos professores de História. Além disso, foram entrevistadas duas gestoras que atuavam na Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de caracterizar as escolas municipais rurais.

A entrevista ocorreu de acordo com o modelo proposto por Szymanski (2004): contato inicial, condução da entrevista propriamente dita e, por fim, a devolução. Em relação à entrevista, a autora comenta:

Partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos a de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz -, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador (SZYMANSKI, 2004, p. 12).

Procuramos conduzir a entrevista mantendo um caráter dialógico, buscando, assim, uma condição de horizontalidade ou igualdade de poder na relação. Consideramos a entrevista como um encontro interpessoal, no qual é incluída a

subjetividade dos protagonistas, podendo constituir-se em um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala, é o que Szymanski (2004), denomina entrevista reflexiva, porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto à busca de horizontalidade.

As entrevistas, na realidade, ocorreram em um ambiente de extrema credibilidade, confiança e respeito. A duração de cada entrevista foi em torno de duas horas, embora o tempo não tivesse sido, previamente, delimitado. Todos os professores nos receberam em casa, entramos em contato por meio de telefonemas e marcamos o encontro no dia que fosse melhor para os colaboradores.

As entrevistas foram semi-estruturadas, o que revela que tínhamos um roteiro pré estabelecido, orais, gravadas, transcritas e, posteriormente, textualizadas. A transcrição, segundo Szymanski (2004), é a primeira versão escrita do texto, da fala do entrevistado, que deve ser registrada, tanto quanto possível, tal como ela se deu. A textualização consiste na limpeza dos vícios de linguagem, ou seja, na passagem do oral para o escrito, as narrativas são adequadas à norma culta da língua portuguesa. As cópias das transcrições e textualizações das entrevistas foram devolvidas aos colaboradores para a sua conferência. Todos os colaboradores leram e concordaram inteiramente com a textualização de suas entrevistas. As narrativas foram incorporadas e analisadas ao longo do texto da dissertação.

De acordo com Szymanski (2004), a análise das entrevistas é o processo que conduz à explicitação da compreensão do fenômeno pelo pesquisador. O pesquisador, segundo a autora, é o principal instrumento de trabalho, o centro não apenas da análise de dados, mas também da produção destes durante a entrevista. Para analisar nossas entrevistas, utilizamos o critério de análise de conteúdos. A cada pergunta, registrávamos as respostas dos colaboradores, com isso, ficou mais fácil percebermos as semelhanças e as diferenças nas respostas de cada colaborador e, assim elaborarmos respostas para os questionamentos levantados no presente trabalho.

4. Os colaboradores

Nesta pesquisa, não foi necessário utilizar o critério de invisibilidade dos narradores. Todos os professores e gestores concordaram com a divulgação e a publicação de suas identidades e das escolas nas quais atuavam. A seguir, apresentamos os colaboradores.

Ana Cristina da Silva – 36 anos, brasileira, casada, branca. Possui Licenciatura Plena em História, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1990. Concluiu o Curso de Especialização à distância em Metodologia. Atuava como professora de História em escolas rurais há 12 anos, desde 1993. Começou sua carreira em 1993, como professora contratada da Rede estadual na E. E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha no distrito de Piracaíba. Efetivou-se, nessa mesma escola, em 2001, e atuava nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em 1997, efetivou-se na rede municipal de ensino, no C.E.M. Ozório Vieira Carrijo na comunidade do Barracão, onde atuava como professora de História nas séries finais do ensino fundamental.

Ana Maria Rezende Rosa – 60 anos, casada, branca. É diplomada em Licenciatura Plena em História, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1988. Possui Curso de Especialização Lato Sensu pela UFU, História Contemporânea do Brasil: Estado, Cultura e Poder (1990) e Especialização em Ciências da Religião (2000). Atuou como professora de História em escolas rurais por 16 anos. Sua primeira experiência em escolas rurais foi como professora contratada pela rede estadual na E.E. Artur Bernardes, no Distrito do Amanhece em 1989. Em 1997, efetivou-se na rede municipal de Araguari, no C.E.M. José Inácio, distrito da Contenda, como professora de História nas séries finais do ensino fundamental. Em 2005, começou a atuar no C.E.M. José Inácio, distrito da Contenda e no C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha no distrito da Florestina. Aposentou-se em agosto de 2005.

Kátia de Fátima Machado – 51 anos, casada, branca. Possui Licenciatura Plena em História, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1983. Como professora de História, atuou por 23 anos. Em escolas rurais, sua experiência começou em 1988, como professora efetiva da E.E. Artur Bernardes no distrito de Amanhece, onde atuou como professora de História nas séries finais do ensino fundamental e ao longo do ensino médio. Aposentou-se em setembro de 2005.

Maria Aparecida Guedes de Andrade Santos – 44 anos, viúva, branca. Possui Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1984. Fez Curso de Especialização em História Contemporânea também pela FAFI. Tinha 06 anos de experiências em escolas rurais, efetivou-se, em 1999, na E.E. Artur Bernardes, como professora de História nas séries finais do ensino fundamental.

Maria Cristina Rodrigues de Lima – 36 anos, solteira, branca. Concluiu Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1996. Possui Curso de Especialização Lato Senso pela UFU, Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História: Perspectivas e Atualizações Historiográficas (2000). Iniciou sua atuação como professora de História em escolas rurais em 2005, como professora contratada na E.E. Artur Bernardes no distrito do Amanhece, atuando nas séries finais do ensino fundamental. No segundo semestre de 2005, conseguiu outro contrato, um segundo cargo, substituindo a professora efetiva da E. E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha no Distrito de Piracaíba em licença à maternidade.

Reginaldo Faustino Moreira – 38 anos, casado, branco. Possui Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1996; Curso de Especialização Lato Senso pela UFU, Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História: Perspectivas e Atualizações Historiográficas (2000). Iniciou sua experiência como professor de História em escolas rurais em 1997, como professor das séries finais do ensino fundamental, contratado pela rede estadual na E. E. Artur Bernardes no distrito do Amanhece, atuou nessa escola por 04 anos. Em 2002, efetivou-se na rede municipal e atuava como professor de História do ensino médio no C.E.M. José Inácio no distrito da Contenda.

Vânia Lúcia Rodovalho Camargo – 42 anos, casada, branca. Coursou Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, concluída em 1986. Sua experiência em escolas rurais iniciou há 16 anos, em 1989, quando se efetivou na rede municipal e atuou e ainda atuava como professora de História nas séries finais do ensino fundamental no C.E.M. José Inácio no distrito da Contenda. Em 1996, atuou como professora de História nas séries finais do ensino fundamental no C.E.M. Ozório Vieira Carrijo na comunidade do Barracão e, em 2005, atuou no Projeto EJA – Educação de Jovens e Adultos - no C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha na comunidade de Águas Claras no distrito da Florestina.

Elci Ferreira Gomide – 60 anos, casada, branca. Pedagoga. Foi contratada em 1981 para trabalhar no Projeto Logos II³. Em 1986, por meio de Concurso Público, efetivou como supervisora das escolas rurais. Em 2002, também por meio de Concurso

³ O Projeto Logos II, Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, foi implantado em Araguari, por meio de um convênio entre Estado e Município, em 1981. Tinha como objetivo a habilitação para o Magistério, ensino médio, para professoras não tituladas.

Público, passou a atuar como inspetora escolar. Aposentada como professora das séries iniciais do ensino fundamental desde 1996.

Lindinalva de Sousa Carrijo – 30 anos, solteira, branca. Pedagoga. Iniciou seu trabalho como professora das séries iniciais do ensino fundamental na Rede Municipal de Educação em 1997, por meio de Concurso Público. Em 2002, também por meio de Concurso Público, passou a atuar como inspetora escolar.

5. Como está organizada a dissertação

A dissertação está dividida em três capítulos⁴. No primeiro capítulo, **“O Cenário da trama: espaço e tempo da constituição dos sujeitos”**, apresentamos o município de Araguari MG, os Distritos que fazem parte deste município; refletimos sobre as transformações e as permanências que marcaram este cenário; descrevemos os caminhos da educação, em especial, da educação rural e caracterizamos as escolas do meio rural, espaços de atuação dos colaboradores em 2005.

No segundo capítulo, **“Ser Professor de História na educação básica no meio rural: identidades em construção”**, estabelecemos um diálogo entre as produções teóricas e as vozes dos professores, procurando refletir sobre as especificidades históricas da educação rural no Brasil e os significados de ser professor de História na educação básica em escolas rurais; o processo de formação inicial e continuada, a constituição das identidades da educação rural e dos professores de História que atuaram no município de Araguari – MG.

O terceiro capítulo, **“Saberes e fazeres de Professores de História nas escolas rurais”**, propõe analisar a construção dos saberes e das práticas do ensino de História no contexto da educação rural. Por meio das vozes dos professores em diálogo com a literatura, buscamos compreender como os saberes docentes são apropriados, mobilizados e re/construídos no contexto da prática pedagógica cotidiana. Procuramos refletir sobre as singularidades dos sujeitos, alunos e professores, da cultura escolar do meio rural e as relações com o ensino de História instituído.

⁴ As referências bibliográficas citadas no corpo da Dissertação foram escritas no estilo times New Roman, letra 11 espaço simples e recuo 04 cm. Nos trechos das entrevistas dos colaboradores, para diferenciar das citações bibliográficas, utilizamos fonte tipo itálico.

Nas **Considerações Finais**, retomamos as questões da investigação com o objetivo de analisar todo o percurso. Estamos certos de que não foram possíveis conclusões definitivas, pois os professores se constituem como professores permanentemente. A pesquisa permitiu-nos encontrar respostas parciais, provisórias aos questionamentos iniciais. Por outro lado, a investigação levantou outras interrogações, que necessitam de novas investidas.

Esperamos que a investigação possa contribuir para o debate acerca do ensino de História, em diferentes realidades escolares, particularmente sobre a prática pedagógica dos professores de História do ensino fundamental e médio de escolas rurais. Na busca de explorar e interpretar identidades, gostos, dificuldades, vantagens e necessidades de professores da educação do campo, não tivemos a pretensão de transmitir o único e comum, mas o múltiplo, o diferente.

CAPITULO I

O CENÁRIO DA TRAMA: espaço e tempo de constituição dos sujeitos

Analisar a relação com o saber é estudar o sujeito confrontado à obrigação de aprender, em um mundo que ele partilha com outros: a relação do saber é relação com o mundo, relação consigo mesmo, relação com os outros.
Bernard Charlot

Neste capítulo, faremos uma descrição e uma análise interpretativa do cenário da formação e atuação dos sujeitos investigados, mais especificamente, o meio rural do município de Araguari-MG. Entendemos que o espaço e o tempo são referências em que se configuram a experiência. Segundo CONNELLY E CLANDININ,

El tiempo y el espacio se convierten en construcciones escritas em forma de trama y escenario respectivamente. El tiempo y el espacio, la trama y el escenario, trabajan juntos para crear la cualidad experiencial de la narrativa. Ellos no son, em si mismos, ni el lado interpretativo ni el lado conceptual. Tampoco están em el lado de la crítica narrativa. Ellos son la narrativa misma (CONNELLY E CLANDINI, 1995, p.35-36).

O cenário é o lugar onde as ações ocorrem, os sujeitos se formam, vivem suas histórias, onde o contexto social e cultural tem o papel de construir, permitir ou negar. O lugar tem as marcas do homem, formas, tamanhos, limites. Consideramos descrever o cenário, entendendo-o como processo histórico, em movimento, passível de problematização. As próximas linhas levam a conhecer um pouco sobre o município de Araguari-MG, seus distritos, suas escolas rurais para, posteriormente, levantarmos algumas questões no que diz respeito à educação rural desse município.

A cidade de Araguari – MG, Brasil, está localizada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, na porção Oeste de Minas Gerais a 18° 16' – 18° 56' de latitude Sul e 47° 50' – 48° 41' de longitude Oeste de Greenwich, tendo como limites, ao Norte, os municípios de Catalão (GO), Anhanguera (GO) e Corumbáiba (GO); ao Sul,

Uberlândia (MG); a Sudeste, Indianópolis (MG); a Leste, Cascalho Rico (MG) e Estrela do Sul (MG) e a Oeste, Tupaciguara (MG). Araguari, conhecida, internacionalmente, como capital do café do cerrado, é considerada uma região de importante desenvolvimento agrícola, comercial e industrial do Estado de Minas Gerais. Seu município possui uma área de 2.729 km², sendo 54 km² de área urbana e 2.675 km² de área rural.

Para compreender o significado do meio “rural”, recorreremos à literatura da área que têm como preocupação os significados do termo “rural”. Concordamos com Silva e Costa (2006), quando afirmam que nesta definição é preciso que seja marcada a complexidade em definir o que é rural. Falar em rural, na sociedade brasileira, no início do século XXI, não é o mesmo que falar do rural no início do século XIX. O meio rural, no início do século XXI, é marcado por uma diversidade, por uma pluralidade social, econômica, histórica e cultural.

Segundo Veiga (2002), a vigente definição de “cidade” é obra do Estado Novo. O Decreto-Lei 311, de 1938, transformou em cidade todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais. Para o autor, o melhor critério para distinguir o rural do urbano é a densidade demográfica. Este é o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles.

O “rural”, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, é definido pelas Câmaras Municipais, ou melhor dizendo, é considerado área rural toda a área externa ao perímetro urbano. O rural é, dessa maneira, delimitado pela negação do urbano. Segundo Ponte (2004), de acordo com este critério, o IBGE considera como pólo principal o urbano. Outro critério utilizado corresponde ao aspecto econômico/setorial, ou seja, está associado ao tipo de ocupação da população. Deste modo, são rurais as localidades que apresentam uma determinada proporção de mão-de-obra empregada na agricultura. Uma crítica em relação a este critério advém do fato de que diversas pesquisas comprovam que, nas últimas décadas, é visível o crescimento de ocupações rurais, não-agrícolas, no campo.

Segundo Ponte (2004), o território rural não deve ser reduzido somente a uma simples realidade quantitativa, mas, sim, ser avaliado dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano, com o resto do território e suas relações

estabelecidas internamente. Os estudos do autor apresentam métodos mais qualitativos em suas análises, trazem as relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural. Assim, julga a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor.

Nesta investigação, o rural é concebido como uma categoria histórica que se transformou nos diferentes momentos, como um espaço diverso, plural nos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais. Reforçamos o argumento de que o mundo rural é maior do que o agrícola. Concordamos com Veiga (2002), ao afirmar que o mundo rural, cada vez mais, vem sendo valorizado como produtor de bens não tangíveis, como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de novos produtos agrícolas, como a criação de animais exóticos, cultivo de flores raras, etc. O que denota que, além de um espaço de preservação ambiental, começa a ser visto, pelos formuladores de políticas públicas, também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e renda para segmentos da população no meio rural. Assim, o rural é maior do que se imagina.

O Censo realizado pelo IBGE (2000) mostrou que a população total de Araguari era de 101.974 habitantes, distribuídos, na rede urbana, com 92.748 habitantes e, na rural, com 9.226 habitantes. A vegetação predominante é o cerrado. Os dados oferecidos pela EMATER⁵ MG (2000) possibilitaram uma visão do cenário em que os sujeitos pesquisados, professores de História, se formam, atuam e se constituem como professores. Em relação à ocupação por setor econômico, havia 14.560 pessoas trabalhando na agropecuária; 19.217, na indústria; 8.232, no comércio; 5.024, no transporte; e 37.399, em outras atividades, o que somava um total de 84.432 pessoas que representavam a população ativa de Araguari em 2000.

⁵ EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, por meio da assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira.

Mapa 1 – Mapa do Brasil. Em destaque, o Estado de Minas Gerais e o município de Araguari-MG:



O espaço rural de Araguari-MG encontrava-se dividido em quatro distritos⁶: Amanhece, Contenda, Florestina e Piracaíba. Segundo a EMATER MG (2000), o Distrito de Amanhece, o qual a comunidade de Ararapira faz parte, somava 263 famílias. O Distrito de Piracaíba, o qual faz parte a comunidade do Barracão, somava 158 famílias, e o Distrito de Florestina, que inclui a comunidade do Campo Redondo, possuía 53 famílias. O Distrito do Santo Antônio, também conhecido como Contenda, era formado por 53 famílias.

Se a população rural em Araguari era de 9.226 habitantes e se 14.560 estavam empregadas no setor agropecuário, fica evidente a importância do meio rural no município de Araguari. Esse dado também nos motivou a investigar a importância da educação rural em Araguari.

Os objetivos deste capítulo são descrever o cenário, analisar os aspectos sócio econômicos e culturais dos distritos de Araguari - MG, sobretudo visando

⁶ Segundo a Lei Orgânica do Município de Araguari-MG, em seu o Art. 11, são requisitos para criação de Distrito: I-população, eleitorado e arrecadação não inferiores à décima parte exigida para a criação do Município. II-existência na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias, escolas públicas, posto de saúde, posto policial e um templo religioso. As comunidades rurais são pequenos povoados que não contemplam totalmente as exigências da Lei.

compreender as condições nas quais se efetiva a educação rural nesses espaços específicos, e a compreensão do tempo e do espaço social, econômico, geográfico e cultural em que se desenvolve a experiência da educação rural nesse município. Apresentaremos aspectos da história local, no quadro das transformações operadas no contexto das duas últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI.

1.1. Araguari: um breve histórico

As dimensões históricas narradas caracterizam-se como resquícios, vestígios do passado no decorrer dos séculos XIX e XX. De acordo com fontes históricas sistematizadas, a região do Triângulo Mineiro foi denominada, a partir de meados do século XVIII, de Sertão da Farinha Podre, isto porque os comboios de São Paulo estocavam mantimentos em aldeias intermediárias localizadas nessa região. Como o caminho de ida para o interior, Goiás e Mato Grosso, era muito longo, quando retornavam encontravam os alimentos em estado de decomposição, a farinha, geralmente, era a que mais perecia. Daí a origem do nome. Essa região foi desbravada por bandeirantes paulistas, e não é possível precisar a data exata em que se instalaram os primeiros habitantes de Araguari. Pesquisas mostram que, no perímetro territorial da cidade, existem alguns sítios arqueológicos, o que comprova a presença de antepassados índios.

Segundo Pontes (1978), foram os caiapós que os bandeirantes paulistas encontraram aqui, quando, no começo do século XVIII, procuravam as minas de ouro de Goiás. Os bandeirantes quiseram aprisioná-los e escravizá-los, mas eles reagiram. O núcleo da etnia branca foi estabelecido no território do município de Araguari, na Aldeia de Santana do Rio das Velhas (Indianópolis). Esse núcleo jesuíta tinha como objetivo a catequização dos índios.

O domínio e a escravização dos povos indígenas, visando facilitar a busca incessante por metais preciosos e os desbravamentos propiciaram a abertura de caminhos pelo interior da Capitania das Minas Gerais em direção à Capitania de Goiaz.

O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, vulgo “Anhanguera”, em duas famosas entradas, abriu, no Triângulo, uma estrada colonizadora, a Estrada Goiaz também chamada Estrada do Anhanguera. A estrada cortava o Triângulo, passando pelo Rio Grande (Porto da Espinha), pelo Rio das Velhas (Porto do Registro) e pelo Rio Paranaíba (Porto Velho). “A Estrada do Anhanguera tornou-se, logo,

movimentadíssima, e constituiu-se em Via de civilização do Triângulo Mineiro e de Goiás” (Pontes, 1978).

As terras desconhecidas dessa região foram, aos poucos, apossadas pelas concessões de sesmarias doadas pelo Império nas proximidades das estradas. Não havia por parte do “Estado”, no período do Brasil Colônia, interesse em povoar o interior do Brasil, importava-se apenas com o fluxo de metais para a coroa. A manutenção dos caminhos, a segurança e o desenvolvimento de aldeias eram incentivados, basicamente, pelos sesmeiros.

Em 1726, ao “Anhanguera”, foram concedidas largas sesmarias, compreendendo grande parte do Triângulo; mais tarde, as terras foram repartidas ou doadas a outros povoadores, as chamadas “sesmarias de 2ª época”.

A sesmaria que originou a formação do município de Araguari foi demarcada no início do século XIX, quando o comissário Antônio Resende Costa tomou posse das terras e, mais tarde, as transferiu para a Igreja Católica, mediante título de doação. Esta prática foi muito comum em todo o território, pois a construção de uma capela garantia a ocupação gradativa, além de desempenhar um papel sócio-político.

Segundo o Jornal Gazeta do Triângulo⁷, em reportagem do dia 01-01-1941, os fazendeiros construíram a Igreja da Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, para facilitar seus deveres religiosos e se encontrarem mais amiúde. Com o tempo, sentiram a necessidade de construir uma casa para ficarem com a família quando tinham de vir à capela.

Com a instalação da Igreja, residências foram surgindo, formando, aos poucos, a Freguesia denominada Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Até chegar a categoria de cidade, foi um longo processo.

No ano de 1864, houve, oficialmente, a efetivação da Paróquia, por meio da Lei nº 1195 de 06 de agosto, o bacharel Fidelis de Andrade Botelho, Vice Presidente da Província de Minas Gerais, sancionou a transferência da sede da Paróquia de Sant’Anna de Aldeia da Barra do Rio das Velhas (Indianópolis) para a Capela, recém construída no Largo da Matriz do Distrito de Brejo Alegre.

Segundo Naves e Rios (1988),

Ao redor da nova sede paroquial, foram-se concentrando os habitantes de Brejo Alegre. As festas religiosas tradicionais da Igreja

⁷ O Jornal Gazeta do Triângulo foi fundado oficialmente a 07 de março de 1937. A idéia do jornal nasceu de uma sugestão do então Prefeito Dr. José Jeovah Santos com o objetivo de divulgar a cidade de Araguari e as realizações da municipalidade.

foram acontecendo e atraindo romeiros das fazendas próximas, os quais vinham em caravanas, enchendo momentaneamente o largo da matriz de gente e carros de bois. Pode-se imaginar a grande importância social para o povoado, a vinda dessas concentrações religiosas (NAVES, RIOS, 1988 p. 17).

O desenvolvimento urbano seguiu, gradativamente, constituindo-se, de acordo Mameri (1988), num formato específico da época: a igreja emoldurada por modestos casarios e algumas ruas adjacentes. A consolidação da categoria religiosa e civil, obtida com a instalação da Paróquia, deu à Freguesia novo ânimo. A aspiração dos habitantes era alcançar autonomia política e administrativa, elevar-se à categoria de vila. Segundo Mameri (1988),

A Lei nº 2996 de 19 de outubro de 1882 cria o município do Brejo Alegre, pertencendo à comarca do Rio Bagagem, e será instalado, depois que seus habitantes tiverem oferecido à província os edifícios necessários para a cadeia, casa da câmara e escolas para ambos os sexos (MAMERI, 1988, p. 13-14).

Com a instalação da Paróquia, o Presidente da Província de Minas Gerais, decretou exigências para a efetivação da elevação de categoria. É certo que todos os novos municípios teriam que dispor de elementos que criassem a autonomia da Freguesia: a cadeia, a câmara e o fórum, locais que, no contexto do século XIX, eram o mínimo de que necessitava uma cidade.

A instalação da Câmara Municipal do Brejo Alegre deu-se, oficialmente, em 31 de março de 1884, concretizando a autonomia da localidade. A elevação da Freguesia do Brejo Alegre à categoria de cidade foi um anseio imediato da população após a ascensão para o município. O próprio crescimento urbano do povoado já apontava nessa direção, conforme consta em Mameri (1988),

Respondendo à circular dessa Presidência de oito de junho do corrente ano (1887), sobre os quesitos a que ela se refere e que versam incluso o seguinte: 1º que a superfície compreendida dentro da demarcação urbana desta vila é de um quilômetro quadrado. 2º que existem dentro desta povoação 130 casas de habitação e dois edifícios públicos, a saber: a casa da Câmara e Cadeia; e a casa de instrução pública, além de duas Igrejas: a do Senhor Bom Jesus da Cana Verde (padroeiro) e a da Nossa Senhora do Rosário. 3º que tem esta Vila só uma Paróquia. 4º que o município contém uma Paróquia, digo uma freguesia, qual a de Santana do Rio das Velhas, assim o distrito de Paz dos Barreiros na margem do Paranaíba, ainda não estabelecido, posto que criado. 5º que a superfície da Paróquia desta Vila representa a de 70 quilômetros quadrados, além da demarcação

urbana. Deus guarde V. Excia. Paço da Câmara Municipal da Vila do Brejo Alegre, 16 de julho de 1887 (MAMERI, 1988, p. 28-29).

De acordo com os documentos do Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto⁸, o Projeto nº 154, de elevação à categoria de cidade, foi apresentado pelo Deputado Provincial Padre Lafaiette de Godoy na sessão de 02 de julho de 1888. A elevação da Vila à categoria de cidade não foi processada tranqüilamente. Na sessão de 05 de agosto de 1888, o deputado Severino Nunes Cardoso de Resende, apoiado pelo deputado Francisco Navarro de Moraes Sales, apresentou ao projeto original do Padre Lafaiette a seguinte emenda: Onde se diz à categoria de cidade acrescente-se com o nome de cidade de Araguay – e mais como se acha redigido. Finalmente o projeto foi aprovado, sendo sancionado, posteriormente, a lei de mudança de categoria. Segundo Mameri (1988),

Lei nº 3591 de 28 de agosto de 1888 Art. Único. Fica elevada à categoria de cidade a villa do Brejo Alegre, com o nome de cidade de Araguay, revogadas as disposições em contrário (MAMERI, 1988, p. 30).

A origem do nome é controversa. Não se sabe ao certo os motivos que levaram os deputados Severino Nunes Cardos de Resende e Francisco Navarro de Marais Sales a apresentar o nome Araguari. Talvez o nome Araguari tenha sido dado em homenagem ao primeiro Barão de Araguari ou Nau Araguari, conduzida, na Batalha do Riachuelo, pelo Barão de Tefé. Supostamente, também, pela linguagem indígena, em homenagem ao Rio da Baixada dos Papagaios.

Araguari, cidade localizada no Triângulo Mineiro, destacou-se por sua posição geográfica estratégica e, na última década do século XIX, cumpriu o papel de entreposto comercial. Algumas condições foram fundamentais para que a região desempenhasse tal função, de um lado, localiza-se o estado de Goiás, com suas terras férteis de grande contingente populacional, e, de outro, localiza-se o estado de São Paulo, alicerçado em privilegiadas relações capitalistas de produção, destacando o crescimento do complexo cafeeiro na região.

Em 1896, instalou-se, em Araguari, a Estação de Passageiro da Cia. Morgiana de Estrada de Ferro e, em 1910 a Estrada de Ferro Goiás. Com a chegada dos

⁸ O Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto, divisão da FAEC – Fundação Aragarina de Educação e Cultura foi instituído em 19 de agosto de 1994. O órgão tem como finalidade a preservação da memória histórico-cultural do município de Araguari por meio dos acervos documentais e icnográficos, além de sua divulgação à comunidade.

trilhos das estradas de ferro ao Triângulo, assegurou-se a acessibilidade dos produtos agrícolas e pecuários do Brasil Central a São Paulo. Segundo Brandão (1989),

Araguari se beneficiou do fato de ser “ponta de linha” da Estrada de Ferro Mogiana durante longo período. Todos os produtos goianos em demanda, principalmente a São Paulo, teriam, necessariamente, que aportar a essa cidade, sendo que alguns eram aí processados antes de seguirem seu destino. Foi o caso do gado bovino, e, sobretudo, do arroz, induzindo a instalação de alguns matadouros/charqueadas e engenhos de beneficiar cereais. (...) Assim, essa cidade mineira detinha, praticamente, o monopólio do fluxo de comercialização no sentido Goiás - São Paulo, o que lhe assegurava reter grande parte do excedente goiano (BRANDÃO, 1989. p. 81).

Nas seis primeiras décadas do século XX, o Triângulo Mineiro consolidou-se como entreposto comercial, mas a cidade de Araguari perdeu a hegemonia regional para Uberlândia, isso porque a partir da década de 1960, houve um avanço maior no setor rodoviário em detrimento do ferroviário. A cidade de Uberlândia beneficiou-se mais da chamada “era rodoviária” (Brandão, 1989).

Araguari manteve a agricultura como atividade importante. As transformações agrícolas no Triângulo Mineiro na década de 1970, na chamada Revolução Verde⁹, modificaram o cenário no município de Araguari. Produtos como o café, soja e maracujá foram se tornando a base da agricultura “modernizada” na região. Mas, devido às características das terras do município de Araguari, que são mais acidentadas, diminuiu-se seu papel na Revolução Verde, o que possibilitou a permanência de pequenas propriedades e, conseqüentemente, a manutenção da agricultura familiar¹⁰.

1.2 O meio rural do município de Araguari no contexto sócio-histórico do início do século XXI

Em Araguari-MG, segundo a EMATER MG (2000), havia, no meio rural, um total de 2.572 produtores, sendo que 1.884 eram proprietários, 512 arrendatários e 176 parceiros. O município possuía uma infra – estrutura composta de 1.500 linhas de telefonia rural, 35 poços artesianos e 1.825 consumidores de energia elétrica e 04 postos

⁹ A Revolução Verde alcançou o Cerrado Brasileiro, o que ocorreu mediante grandes projetos governamentais, a partir da década de 70 do século XX. O pacote tecnológico da Revolução verde está baseado na utilização de sementes melhoradas e utilização de máquinas e insumos químicos.

¹⁰ Foi assinada, no dia 24/07/2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei da Agricultura Familiar, que define quem são os agricultores e empreendedores familiares rurais. Também estabelece conceitos, princípios e instrumentos a serem aplicados a esse segmento produtivo. Além disso, prevê a articulação das políticas da agricultura familiar, em todas as suas fases de implementação, gestão e execução com aquelas direcionadas à reforma agrária.

de saúde. Dessa forma, nem todos os habitantes da zona rural tinham acesso a esses serviços.

Segundo Custódio (2004), a agricultura brasileira tem sido palco de diversas transformações possibilitadas pelo progresso tecnológico da produção. Desde meados do século XX, que o sinônimo de uma agricultura modernizada tem significado a incorporação do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde. A agricultura se especializa, cada vez mais, a população, no meio rural, se masculiniza, entretanto “sobra tempo” para outras atividades por parte de outros membros da família. A agricultura, assim, subordinou-se aos interesses não rurais. Tais transformações devem-se à modernização agrícola, que significou a industrialização do campo e, em última instância, um dos estágios de maior penetração capitalista no campo.

A consolidação desse processo em Araguari – MG, segundo a autora, repercutiu, de forma negativa, no âmbito da pequena produção. A maior parte dos agricultores familiares não teve condições de competir com os latifundiários “modernizados”, integrados ao complexo agroindustrial emergente que tinha o apoio das políticas governamentais. Aos poucos, os agricultores familiares foram perdendo suas terras, alguns ainda permanecem, porém, enfrentando diversas dificuldades, o que os obriga a tornarem-se parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados. De acordo com Custódio (2004):

Os agricultores familiares que persistiram dedicaram-se a atividades, cujos produtos detêm mercados limitados, e a pequena área de suas propriedades restringiu a produtividade, condenando-os a uma atividade de subsistência, que mal produz o necessário para sua sobrevivência. Alguns desses produtores buscaram em outras atividades, não necessariamente agrícolas, uma saída para a sua dissolução como fração de classe (CUSTÓDIO, 2004, p.145).

De acordo com Ortega e Fonseca (2004),

O processo de modernização por que passou o agro brasileiro nas últimas décadas foi parcial, pois ficou fora amplo segmento dos agricultores, particularmente os familiares. Muitos destes, no entanto, apesar da limitada incorporação das inovações tecnológicas da chamada Revolução Verde, conseguiram manter-se como produtores, uma vez que essa mesma modernização, na sua parcialidade, não atingiu muitos produtos e regiões, garantindo, por esta via, a permanência de um forte vínculo entre a produção e os mercados locais. Porém, como mostra Graziano da Silva (2000), este vínculo já não se sustenta no contexto atual, dado que muitos desses espaços, mesmo continuando fora dos circuitos de produção, são cada vez mais penetrados pelos capitais agroindustriais nacionais e multinacionais (ORTEGA, FONSECA, 2004, p. 90).

As décadas de 1960 e 70 foram marcadas por grandes transformações econômicas e políticas, um mundo regido por políticas globais, que influenciaram, fortemente, a economia, mediante a formação de mercados ou blocos econômicos, os quais imprimiram uma nova dinâmica às relações comerciais mundiais, orientadas para os interesses desses mercados. Nesse contexto, os agricultores familiares não conseguiram competir com os latifundiários. Este fato acarretou novos impactos de ordem social. É recorrente a expulsão da população rural para as periferias urbanas próximas. Outra consequência é a pauperização dos produtores, que passaram a produzir o necessário à sua reprodução, transformando a terra de trabalho em mero local de moradia.

Historicamente, os produtores de gêneros alimentícios pouco contaram com o apoio governamental para o desenvolvimento de suas atividades, suscetíveis aos riscos inerentes a elas, especialmente, as oscilações de preço ocasionadas pelo equilíbrio oferta/demanda e às limitações de ordem natural, parcialmente, contornadas pelos avanços tecnológicos.

Mesmo diante das adversidades, a produção rural, no município, pós Revolução Verde, não se limitou aos produtos mais conhecidos como café, tomate, soja. De acordo com Custódio (2004):

A diversificação da atividade agropecuária foi outra constatação relevante, pois a maioria dos produtores pesquisados a adota. A diversificação é realizada através da associação com o cultivo de olerícolas, de milho, com a pecuária leiteira, o cultivo do maracujá, com a pecuária de corte. As principais olerícolas cultivadas em associação com o tomate são a vargem, o pimentão, o pepino, a abobrinha, a berinjela, a couve-flor, o jiló, o quiabo, o repolho, o milho verde e a pimenta bode (CUSTÓDIO, 2004, p.153).

A configuração do meio rural brasileiro nesse cenário, em específico, o meio rural de Araguari MG, tem passado por várias mudanças nos últimos anos, embora seja possível também identificar as permanências nesse processo histórico. Ressaltamos que o campo não mais sobrevive somente de atividades como a agricultura e a pecuária. Estas atividades vêm perdendo espaço para as atividades não-agrícolas, que, apesar de não serem novas no meio rural brasileiro, tiveram um crescimento intenso nos últimos anos, contribuindo para o surgimento de novas formas de ocupação e também para um novo tipo de geração de renda nas propriedades rurais. Esse cenário, marcado por permanências e transformações, enfim, por tanta diversidade nos estimularam uma

questão: como se caracterizava a educação e como eram as escolas rurais no município de Araguari? Antes de respondermos, aprofundaremos a apresentação na investigação do cenário diverso que caracteriza o meio rural de Araguari-MG.

As atividades não-agrícolas tornaram-se uma fonte de renda complementar, mantendo famílias no campo, e caracterizam, como alguns autores conceituam, um “novo rural”¹¹. De acordo com Barbosa (2004):

As principais atividades que caracterizam esse novo rural são os setores de serviços como atividades comerciais, restaurantes, hospedagens e produção de artigos artesanais. Podemos perceber que grande parte das atividades citadas associa-se ao turismo desenvolvido no meio rural, como as chácaras de pesca e lazer, os *campings*, a prática de esportes radicais e náuticos, a observação de animais, o aluguel de ranchos, os hotéis – fazenda e os fazenda – hotéis. Estas atividades surgem como alternativa para o desenvolvimento econômico dos proprietários rurais e atende a uma necessidade da população urbana de consumir espaços diferentes, ou seja, as paisagens naturais, a cultura e os respectivos modos de vida do meio rural (BARBOSA, 2004, p. 1).

O turismo rural apresenta-se como uma alternativa que pode proporcionar complementos à renda familiar, desde que os resultados dessa atividade sejam, realmente, voltados para as comunidades envolvidas. Outra vantagem do turismo rural é a fixação da comunidade no campo, evitando o êxodo rural. Um aspecto importante é que essas atividades geram ocupação feminina, com renda, inclusive, superior a das atividades agropecuárias. Além disso, reduzem a tendência de masculinização do meio rural e promove um reequilíbrio demográfico.

Em Araguari-MG, constatamos a existência de potencial para a exploração desse tipo de turismo, mas encontrava-se em sua forma embrionária. O que havia de concreto, no período investigado, eram os “ranchos”, clubes, em torno do rio Paranaíba e do rio Araguari. Nas proximidades dos rios, haviam pontos comerciais, como postos de gasolina, restaurantes e lojas de artesanato. Geralmente, nos ranchos, apenas os caseiros os utilizavam como moradia fixa. Estes trabalhadores que, às vezes, moravam com suas famílias, ou com outros trabalhadores, ou mesmos sozinhos, são os responsáveis pela manutenção das propriedades. Eles formavam, portanto, a força de trabalho que realizava as atividades produtivas da fazenda, e, inclusive, os serviços domésticos. Assim, os caseiros viviam, mantinham e recriavam os hábitos e costumes

¹¹ Exemplos de investigações sobre o cenário rural brasileiro conhecido como “novo rural” é o Projeto Rurbano, disponíveis nos sites: www.eco.unicamp.br e www.neard.org.br.

rurais nestes locais. A agricultura, nestes espaços, era realizada de modo tradicional, voltada para a subsistência. Eram pequenos lotes de terra, onde a produção era obtida sem mecanização, permanecendo o uso de tração animal.

A investigação nos permitiu afirmar que o município de Araguari-MG possui uma estrutura agrária diversa¹² e, o que é também comum neste município, as múltiplas formas de inserção produtiva e ocupacional dos agricultores nos mercados de trabalho agrícola e não-agrícola. Esta característica é chamada de pluriatividade. Schneider e Radomsky (2003) definem como pluriativas as unidades familiares em que os membros que residem nesses domicílios combinam a ocupação agrícola com outras atividades não agrícolas. De acordo com os autores,

A pluriatividade refere-se a um fenômeno de grande relevância para manutenção e geração de novas oportunidades de ocupação no meio rural, as atividades agrícolas caminham na direção inversa, pois são desempregadoras de mão-de-obra e, por isso, contribuem como causa principal a expulsão da população do meio rural da região não-metropolitana (SCHNEIDER, RADOMSKY, p.14).

Na região, existiam diversos tipos de atividades não-agrícolas, que empregavam moradores locais rurais, como nos postos de gasolina, restaurantes, indústrias de queijo, fábrica de doces, artesanato, supermercados, salão de beleza, diaristas. Muitos prestavam serviços no transporte escolar, além de funcionários públicos da educação, da saúde e “rancheiros”. O crescimento recente das ocupações não-agrícolas e da pluriatividade das famílias rurais pode ser entendido como consequência do processo de modernização agrícola, que tem características excludentes. As atividades não-agrícolas representam uma chance de sobrevivência, em geral, precária para produtores sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso. É importante também afirmar que não é difícil encontrar famílias pluriativas que possuem alto nível de modernização tecnológica em suas propriedade e rendas agrícolas, igualmente, expressivas.

O espaço rural investigado é marcado por permanências e mudanças das tradições e da cultura. Exemplo disso é a questão religiosa. A religiosidade das comunidades rurais nos distritos de Araguari-MG, constitui um importante patrimônio cultural imaterial. Anualmente, ocorrem, em muitas propriedades rurais, as festas

¹² Segundo o IBGE, a estrutura agrária do Município de Araguari-MG é dividida da seguinte forma: com menos de 10 hectares o município conta com 192 propriedades rurais; de 10 a menos de 100 hectares são 805 propriedades; de 100 a menos de 200 hectares são 209 propriedades; de 200 a menos de 500 hectares são 211 propriedades; de 500 a menos de 2000 hectares são 54 propriedades; acima de 2000 hectares são 03 propriedades rurais. Consulta 20/08/2006, site: www.ibge.gov.br.

religiosas, como Folia de Reis, Festa de Santa Luzia, São Sebastião, Santa Rita. Estas festas demonstram a permanência das tradições religiosas no meio rural araguarino. Para muitos membros dessas comunidades, principalmente para os jovens, as festas representam o maior acontecimento do ano. É o momento de comprar roupas e sapatos novos, enfim, investir na aparência, para a memorável ocasião. Em todos os distritos de Araguari e em várias outras pequenas comunidades rurais constatamos a presença marcante das igrejas, algumas inclusive, segundo a Divisão do Patrimônio Histórico¹³, tombadas pelo patrimônio histórico de Araguari, como no caso a Igreja do Fundão e a Igreja de Florestina.

Segundo Custódio (2004), a maioria dos produtores rurais da região, no que se refere ao grau de escolaridade, possuía apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental. Três, dos quatro distritos de Araguari (Piracaíba, Amanhece, Contenda), ofereciam educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Os alunos do Distrito de Florestina, C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha, que oferecia o ensino fundamental, eram transportados para a C.E.M. José Inácio do distrito da Contenda, para completarem o ensino médio. Existe um consenso, de acordo com Custódio (2004), entre a população rural do município quanto à importância da educação, porém os problemas de evasão e repetência permaneciam. As características específicas do meio rural em Araguari apresentadas levam-nos a refletir sobre a necessidade de uma escola rural capaz de proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, não apenas para a adequação à sociedade, mas que contribua para as transformações reais, em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil.

1.3 Percursos da história da educação no município de Araguari-MG

Com a emancipação política do Município, tornou-se importante a construção de escolas na nova cidade do Triângulo Mineiro. Mesmo distante da preocupação com a democratização do ensino, havia, em Araguari, a consciência, por parte da elite, da necessidade de investir na educação. De acordo com Naves e Rios (1988),

¹³ A Divisão do Patrimônio Histórico de Araguari foi constituído inicialmente como parte integrante da Secretaria de Cultura. Atualmente (2005), faz parte da FAEC (Fundação Araguarina de Educação e Cultura). É um órgão gestor da preservação e do tombamento de bens culturais móveis e imóveis do município de Araguari – MG.

A 30 de agosto de 1898, a Lei 63 veio regular a instrução primária e secundária de nossa cidade. Nos fins do século XIX, segundo consta no ofício de Olimpio F. dos Santos, dirigido ao Secretário do Interior, Dr. Wenceslau Braz “foram criadas por esta municipalidade 12 escolas; sendo urbanas: uma de cada sexo; 02 distritais do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 6 rurais do sexo masculino (NAVES, RIOS, 1988, p. 101).

Nas primeiras escolas, anteriores ao ensino oficial, as aulas eram oferecidas na própria residência dos professores. Era uma educação rígida, à qual só tinham acesso os filhos daqueles que possuíam algum poder econômico, pois eram escolas particulares. Outras escolas funcionavam em prédios particulares, com aluguéis pagos pelo poder municipal. Até o início do século XX, faltavam escolas públicas.

Em 1896, com a instalação da Estação de Passageiro da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, ocorreu um ciclo de desenvolvimento local, configurando um novo quadro econômico. Com o crescente aumento populacional, principalmente, devido à implantação das ferrovias, tornou-se necessário a instalação de escolas que suprissem a demanda por mão-de-obra com o mínimo de escolaridade.

Foram construídas três escolas para atender os filhos de ferroviários: 1- a Escola Carmélia Dutra, que oferecia a educação primária, era uma escola mista, isto é, para meninos e meninas, geralmente, filhos de ferroviários. 2- A Escola Profissionalizante, que atendia os meninos, era uma educação voltada para formar mão-de-obra para a própria ferrovia. 3- Escola Técnica Feminina – ETEF -, que atendia as filhas dos ferroviários. Esta escola tinha, em seu currículo, além das disciplinas básicas, Puericultura, Culinária e Pintura a finalidade era formar as meninas para serem a “Rainhas do Lar”.

A iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais de criar instituições escolares nos municípios mineiros veio atender às demandas da cidade, que precisavam do mínimo de escolaridade para seus habitantes. De acordo com as pesquisadoras Juscélia Abadia Peixoto e Aparecida da Glória Campos Vieira em 17 de novembro de 1908, o Decreto Estadual nº 2297 criou o Grupo Escolar de Araguary, primeira escola pública da cidade. Segundo Mameri (1988),

(...) Para começar as atividades, o presidente de Minas enviou o advogado Dr. Mário da Silva Pereira, recém-formado em direito. Tomou as providências necessárias, sendo ele mesmo o primeiro diretor (...) as aulas tiveram início em 26 de abril de 1909 (...) (MAMERI, 1988, p. 119).

A primeira escola foi instalada em imóvel cedido pelo Governo Municipal, sendo a aquisição de um prédio próprio o objetivo da instituição. Sua denominação inicial, e que perdurou até o final da década de 20, foi Grupo Escolar.

Contando com uma escola pública, o município deu outro passo: a criação de escolas particulares. O perfil da educação em Araguari foi modificado, ampliado com as novas instituições de ensino moldadas na formação religiosas: O Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Regina Pacis.

As duas instituições foram marcos no setor educacional da cidade, sendo referência intelectual e cultural por várias décadas. Retrato de uma época em que a educação escolar era, extremamente, elitizada.

Em outubro de 1927, em visita a Araguari, o Governador de Minas, Antônio Carlos, inaugurou as novas instalações do Grupo Escolar, o qual, por meio do Decreto nº 7968, passou a denominar-se “Grupo Escolar Raul Soares”, em homenagem ao Governador imediatamente anterior e que faleceu durante sua gestão. O mesmo Decreto, nº 7968, autorizou o funcionamento do segundo Grupo Escolar de Araguari, que se denominou “Visconde de Ouro Preto”.

Em 15 de novembro de 1943, foi fundada a Escola do Comércio, denominada “Escola Técnica de Comércio Machado de Assis e Ginásio Dom Vital.” No início, oferecia apenas o curso comercial básico seguido pelo curso ginásial. Em 1946, iniciou-se o curso Técnico de Contabilidade.

Araguari manteve um crescimento populacional constante, e, no que se refere à educação, à medida que cidade crescia, novas escolas públicas foram fundadas. A E.E. Costa Sena, em 1955; E.E. Professor Antônio Marques, em 1957; E.E. Paes de Almeida, em 1959; E.E. Antônio Nunes de Carvalho Filho, em 1963; E.E. Rainha da Paz e E.E. Dona Eleonora Pieruccetti, em 1964; E. E. São Judas Tadeu, em 1967; E. E. Isolina França Soares Torres, em 1968; E. E. Professora Katy Belém, em 1969; E. E. Madre Blandina, em 1974; E. E. Padre Eloi, em 1980; e a E.E. José Carneiro da Cunha, em 1983.

A rede escolar em Araguari, em 2005, era formada por 16 unidades municipais, 18 estaduais, 22 particulares, das quais apenas 07 ofertavam o ensino fundamental e médio. Contava, ainda, com 22 escolas que ofereciam a educação infantil para crianças, na faixa etária de 04 a 06 anos. Na rede estadual, a cidade dispunha também do Conservatório de Música.

No total de 56 escolas, existiam 02 escolas estaduais na zona rural que ofereciam ensino fundamental de quinta a oitava série e o Ensino Médio, pois a séries iniciais (primeira a quarta) passaram pelo processo de municipalização. A rede Municipal de Ensino mantinha 10 escolas na zona urbana e 06 na zona rural. Entre a educação infantil, ensino fundamental e médio, a cidade atendia em 2005, 27.625 alunos. A cidade contava com 01 biblioteca pública e 06 bibliotecas escolares.

A cidade possuía um Centro de Treinamento (educação informal) SESIMINAS – Serviço Social da Indústria de Minas Gerais. A partir de 2005, foram oferecidos os seguintes cursos: Costura industrial, Eletro-eletrônica e Mecânica.

Os cursos técnicos oferecidos pela rede particular, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Araguari – MG, em 2005, eram: Contabilidade, Enfermagem, Química, Técnico em Segurança do Trabalho, Radiologia e Turismo.

Em relação à Educação Superior, a cidade de Araguari contava, no ano de 2005, com duas universidades particulares: a Universidade Antonio Carlos – UNIPAC -, que mantinha 21 cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo e a Universidade do Triângulo – UNITRI -, com os cursos de Direito e Administração.

Nenhum dos cursos técnicos, nem do SESIMINAS, ofereciam cursos mais específicos à diversa população rural do município de Araguari. No dia 12-03-2004, por meio da Lei Municipal n. 3953/29, foi criada a Escola Agrícola de Araguari-MG. O nome da escola é Escola Agrícola Municipal Antonio Luiz da Silva, homenagem ao pai do Prefeito Municipal Marcos Antônio Alvim (2000 -2008). Era um projeto único na cidade de Araguari, que oferecia curso profissionalizante básico, baseado na pedagogia da alternância, isto é, o aluno estuda em uma escola regular em determinado turno e no outro turno estuda na escola agrícola.

1.3.1 A educação escolar rural no município de Araguari-MG

No meio rural de Araguari, o Estado de Minas Gerais criou três escolas: E.E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha (1955), E.E. Artur Bernardes (1956), no Distrito de Piracaíba, no Distrito de Amanhece respectivamente e a E. E. Rosa Mameri Rade (1975), na localidade do Alto São João. Esta escola, como veremos adiante, foi a primeira, no município, a passar pelo processo de municipalização, no ano de 1994.

De acordo com o Art. 1º, da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, o ensino de 1º e 2º graus tinha por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização,

qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Nesse contexto, de implementação da Reforma Educacional de 1971, no período da Ditadura Militar, espalham-se escolas municipais rurais no município de Araguari-MG. É a fase da massificação da educação escolar fundamental, que atendia, obrigatoriamente, alunos de 07 a 14 anos.

Segundo documentos da Secretaria Municipal de Educação, datado em 10 de maio de 1973, funcionavam 71 escolas rurais no município de Araguari. Em geral, cada fazenda improvisava uma sala de aula multiseriada, para atender os filhos dos trabalhadores rurais.

No final da década de 1980 iniciou-se no município de Araguari, o processo de nucleação, que se caracteriza pela união de pequenas escolas isoladas. De acordo com Flores (2000), a escola rural isolada significa a economia de dinheiro público de diversas maneiras: primeiro, economiza na dupla exploração do professor, que, além de mal remunerado, é professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário. Geralmente, a qualificação desses professores era bastante variada no cenário nacional. Existiam professores leigos, com apenas a quarta série do primeiro grau, com o primeiro grau completo, com curso de magistério regular ou com curso de magistério vago. A autora cita alguns dos principais problemas das escolas rurais isoladas: sala multisseriadas, o número reduzido de alunos por escolas, o difícil acesso tanto para professores quanto para os alunos, professores não qualificados e a inexistência de condições físicas e de pessoal que garantam o funcionamento destas escolas.

Em sua dissertação, *Escola Nucleada Rural: Histórico e Perspectivas Catalão-Go (1988-2000)*, Flores (2000) aponta vantagens e levanta algumas críticas sobre o processo de nucleação. Segundo a autora, com o processo de nucleação das escolas rurais no final dos anos 1980 e 90, reduziu-se o número de evasão e repetência das Escolas Rurais. As salas de aula foram ampliadas tanto no espaço físico como em número de alunos, também foi acrescido o número de professores. Houve, também, uma extensão no tempo de permanência nas escolas rurais. Entretanto, as escolas nucleadas não asseguravam que problemas históricos da educação rural fossem resolvidos. Segundo a autora,

Não são poucos os problemas que os jovens e adultos enfrentam para freqüentarem estas escolas. Citaremos os principais: cansaço devido ao longo tempo no caminho da escola, prejuízo aos trabalhos na propriedade rural, impossibilidade de participar de atividades extras no ambiente escolar em razão da distância que separa residência e

estabelecimento escolar (...). Além disso, existe a impossibilidade de os pais participarem de comemorações e reuniões da escola. E esse pouco contato dos pais com os professores gera dificuldades, visto que sempre acontecem desentendimentos entre pais e professores por causa da ausência dos alunos em sala de aula ou negligência nas tarefas e estudo em casa (FLORES, 2000, p. 65-66).

Em sua investigação Flores (2000), também discute o processo de municipalização. Para a autora, municipalizar significa repassar para todos os municípios da União a responsabilidade não só de gerenciar as escolas que ministram o ensino fundamental, mas também garantir o funcionamento desses estabelecimentos. A autora aponta algumas críticas a esse processo, afirmando que não há entre os estudiosos da área educacional um entusiasmo generalizado em relação à municipalização.

Com o objetivo de complementar e esclarecer informações, dados documentais sobre as escolas rurais no município de Araguari, em especial, sobre os processos de nucleação¹⁴ e municipalização¹⁵ por que passaram as escolas rurais desse município, entrevistamos, nos dias 10 e 11 de outubro de 2005, na Secretaria Municipal de Araguari-MG, as Inspetoras de Ensino da Rede Municipal de Araguari-MG: Elci Ferreira Gomide e Lindinalva de Sousa Carrijo. Elci Ferreira Gomide, caracterizou as condições das escolas rurais e o trabalho docente, no período anterior ao processo de nucleação, da seguinte maneira:

As escolas rurais eram localizadas nas regiões que mais necessitavam. O professor ou ia de leiteiro¹⁶, carona ou ficava hospedado na casa dos fazendeiros (...). O professor era encarregado de dar aulas, tinha que preparar o lanche, cuidar da limpeza da escola. Muitas vezes a água era de difícil acesso, era utilizada a água de bicas, água tirada do poço. Quando morava na casa de algum fazendeiro que possuía água encanada era mais fácil para o professor, ele utilizava a água da fazenda. A utilização dos sanitários era em forma de fossa sanitária. Mensalmente as professoras se reuniam na

¹⁴ O processo de nucleação caracteriza-se pela união de pequenas escolas isoladas. Até 1992, 42 escolas municipais rurais do município de Araguari passaram pelo processo de nucleação. Foram construídas 06 escolas rurais, em pontos estratégicos, com uma melhoria na infra-estrutura e oferecendo o transporte escolar para alunos e professores.

¹⁵ O processo de municipalização começou a efetivar-se no município de Araguari-MG com a Resolução 7005/95 do Estado de Minas Gerais. Segundo esta Resolução, o município de Araguari, em conformidade com a Lei municipal n. 2948, de 28 de março de 1994, estabelecem que a E. E. Rosa Mameri Rade – séries iniciais do ensino fundamental – povoado do Alto São João – Passou a denominar-se Escola Municipal Rosa Mameri Rade. A Resolução n. 8033/97 MG do dia 31 de julho de 1997, estabeleceu normas para o Programa de Cooperação Educacional entre Estado e Município. Esse processo de municipalização envolveu a cidade, em especial, as comunidades diretamente envolvidas; foram vários os debates em torno de como seria efetivada a municipalização.

¹⁶ Caminhões de transporte de leite das fazendas produtoras para a cidade.

Secretaria de Educação para a aquisição de lanche, material e para receber orientações quanto a seu trabalho. Os alunos andavam muito, tinham que levantar de madrugada, para chegar até a escola no horário da aula. As salas de aula eram pequenas, multiseriada. Uma professora polivalente dava todas as aulas. Dava aula para Primeira, Segunda, Terceira e Quarta séries juntas. Muitos professores eram leigos (Entrevista com Elci F. Gomide, 2005).

Durante toda década de 1970, período de implantação da Reforma Educacional de 1971, as escolas rurais do município de Araguari mantiveram-se com características de escolas emergenciais, salas multiseriadas, a possibilidade máxima de estudo para os alunos era a conclusão das séries iniciais do ensino fundamental. Em geral as séries finais do ensino fundamental era a formação máxima do professor de escolas rurais.

Essas escolas receberam autorização para funcionamento legal a partir da Resolução 215/75, aprovada em 02-12-1975. Podemos confirmar este fato apoiados no documento a seguir:

O Conselho Estadual de Educação, usando das atribuições que conferem o art. 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais, o inciso 3º do art. 16 da Lei Federal nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, a Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e o art. 14 do Decreto Federal nº 72.496, de 19 de junho de 1973. Resolve:

Art. 1º - A presente Resolução fixa os critérios de recursos materiais e humanos sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, na expansão da rede de ensino regular de 1º e 2º graus, e estabelece normas para a instalação e para a reorganização das já existentes (Minas Gerais – Diário Executivo – quinta-feira, 16 de março de 1976, p. 11).

De acordo com a Resolução supra citada, o Diretor da Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia, no exercício de sua competência, autorizou o funcionamento de 46 escolas, pertencentes à Rede Municipal de Araguari, em 25 de outubro de 1980.

Outros documentos da Secretaria Municipal de Educação de Araguari nos informaram o Quadro do Magistério, ano de 1977. Contava com 55 professoras, sendo que 23 delas possuíam apenas a quarta série primária, 07 professoras concluíram a oitava série, 04 concluíram o colegial, atualmente Ensino Médio, e 21 professoras possuíam o curso normal. Das 55 professoras, 07 eram nomeadas e 48 contratadas. Portanto, o nível de formação e as condições de trabalho eram precárias.

Na narrativa da Inspetora Elci F. Gomide, identificamos nuances do processo que desencadeou mudanças significativas na educação escolar no município de Araguari. Algumas transformações importantes foram destacadas pela Inspetora:

Com o advento da 5692/71, que era nossa Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, já foi sugerida a nucleação das escolas, para que se fizesse mais fácil o trabalho do professor e mais proveitoso para o aluno (Entrevista com Elci F. Gomide, 2005).

De 1988 até 1992, foram desativadas 42 escolas municipais rurais, que passaram pela nucleação. Esse processo se caracterizou pela união de pequenas escolas isoladas. Acreditava-se que, com a nucleação, era possível melhorar as condições de infra-estrutura e ensino. Escolas maiores e mais bem equipadas foram construídas em lugares, locais mais estratégicos. Os alunos passaram a ser transportados para as escolas mais próximas de suas residências.

O processo de nucleação modificou o cenário da educação rural em Araguari-MG, especialmente no se refere ao espaço físico, pois, em relação ao currículo, às especificidades rurais, constatamos que poucas transformações se efetivaram. As inspetoras caracterizaram as mudanças da seguinte maneira:

Tivemos um progresso muito grande, com as nucleações, em todos os aspectos, porque, ao se construir as escolas para a nucleação, o espaço físico foi melhorado, passou a ter o espaço da cantina, da biblioteca, da secretaria, o espaço próprio das salas de aula, para a recreação e o local próprio para tomar lanche, o galpão coberto. Hoje em dia, muitas escolas possuem quadras esportivas. Também na parte dos docentes, na realidade, nós verificamos o incentivo com o Projeto Logos II, muitas professoras já saíram deste curso e prestaram vestibular, foram fazer o curso superior. Por último, tivemos o Projeto Veredas¹⁷ que atendeu 03 professoras da Rede Municipal de Araguari. Hoje, praticamente, todos os professores da Rede Municipal de Educação de Araguari concluíram o Ensino Superior e todos são concursados (Entrevista com Elci F. Gomide, 2005).

O currículo é o mesmo tanto na zona rural quanto na urbana, os livros são os mesmos, os professores também. Na Prefeitura, os professores são lotados na Secretaria de Educação e não na escola. O mesmo professor que trabalha na zona rural, amanhã

¹⁷ O Projeto Veredas foi implantado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para a Formação Superior de Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um Curso Normal Superior, ministrado na modalidade de educação à distância, para professores das redes estaduais e municipais em efetivo exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

pode estar na zona urbana e vice-versa. De certa forma, é o mesmo conteúdo, a mesma metodologia, não há diferenciação. O que está claro é que cada escola tem uma peculiaridade (...). Mas tem um currículo comum, o livro didático comum, a metodologia comum para todos. Às vezes, assim, estuda-se alguma coisa daquela região, o professor inclui no currículo normal. Uma abertura que o currículo permite (Entrevista com Lindinalva de Sousa Carrijo, 2005).

Na entrevista, a inspetora Elci Gomide narrou outras mudanças que marcaram a educação no município de Araguari-MG, pós LDB 9394/96, e as conseqüências para alunos e professores. Em sua narrativa, destacou a importância do FUNDEF¹⁸, PNATE¹⁹, PNLD²⁰ e FNDE²¹, que, de forma geral, possibilitaram melhoria na qualidade de vida dos alunos e do ensino das escolas rurais.

Em 2005, foram transportados 2025 alunos para escolas municipais e 1002 alunos para escolas estaduais, o que somou um total de 3027 alunos beneficiados pelo transporte escolar. Este número incluiu alunos transportados para a rede urbana e rural. Eram beneficiados também pelo transporte escolar todos os professores da rede municipal e os professores estaduais que atuaram nas escolas rurais do Distrito de Amanhece e Piracaíba.

¹⁸ O FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – foi regulamentado pela Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e implantado nacionalmente em 1 de janeiro de 1998. Consistia na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental. A Constituição determina 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a regulamentação do FUNDEF, 60% desses recursos, o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a partilha de seus recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. A partir de 2006, entrou em vigor o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – um novo fundo de financiamento que alcança a Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Site www.mec.gov.br – consultado em 03/07/2006.

¹⁹ PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – foi instituído pela Lei n. 10.880 de 09 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

²⁰ PNLD – Plano Nacional do Livro Didático – garante a todos os alunos do ensino fundamental o acesso gratuito ao livro didático.

²¹ FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – possibilita aparelhar melhor as escolas.



Foto 01 – Transporte escolar, no C.E.M. Rosa Mameri Rade, Comunidade do Alto São João – Arquivo pessoal (2005).

Segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Araguari-MG ,em 2005, a rede municipal de Educação de Araguari atendia 6.296 alunos, sendo 4.757 em escolas urbanas e 1.539 alunos em escolas rurais. Faziam parte desta rede 266 professores, que atuavam nas séries iniciais, e 96 professores, que atuavam de quinta a oitava série, entre estes, 09 eram professores licenciados em História, 05 atuavam em escolas municipais rurais e 04 atuavam em escolas municipais urbanas. Nas duas escolas estaduais rurais, atuaram, em 2005, 05 professores de História, 02 destes professores atuavam, ao mesmo tempo, nas escolas municipais rurais e nas escolas estaduais rurais.

O Centro Educacional Municipal - C.E.M. Realino Elias Carrijo -, localizado no Distrito do Amanhece, atendia do pré-escolar à quarta série e acolhia 321 alunos, os outros níveis de ensino eram atendidos em outra escola da rede estadual, E.E. Arthur Bernardes, situada também no Distrito. O C.E.M. João Ribeiro de Araújo, localizado em Piracaíba, atendia 128 alunos do pré-escolar até a quarta série, enquanto os outros níveis de ensino ficavam sob a responsabilidade do Estado. O C.E.M. Realino Elias Carrijo e o C.E.M. João Ribeiro de Araújo foram escolas que passaram pelo processo de municipalização e ofereciam apenas as séries iniciais do ensino

fundamental, logo não possuíam professores específicos de História, sendo assim, não se constituíram foco de nossa investigação.

Na descrição do cenário, revisitamos a história de Araguari, o meio rural de Araguari no contexto contemporâneo, e os percursos da educação neste município. Tal trabalho justifica-se, voltando a epígrafe do capítulo, por entendermos que refletir sobre os saberes e as práticas de professores é estabelecer relações com o mundo, com nós mesmos e com os outros. Segundo Charlot (2000),

A relação com o saber é relação com o tempo. A apropriação do mundo, a construção de si mesmo, a inscrição em uma rede de relações com os outros – “o aprender” – requerem tempo e jamais acabam. Esse tempo é o de uma história: a da espécie humana, que transmite um patrimônio a cada geração; a do sujeito; a linhagem que engendrou o sujeito e que ele engendrará. Esse tempo não é homogêneo, é ritmado por “momentos” significativos, por ocasiões, por rupturas; é o tempo da aventura humana, a da espécie, a do indivíduo. Esse tempo, por fim se desenvolve em três dimensões, que se interpenetram e se supõem uma à outra: o presente, o passado, o futuro (CHARLOT, 2000, p.79).

Analisando o cenário da trama, conhecemos melhor o espaço rural marcado por desigualdades, diferenças, mudanças e permanências. O meio rural no município de Araguari-MG é expressão da lógica do sistema capitalista, reprodutora das desigualdades entre as classes. A educação, historicamente, desempenhou seu papel nessa sociedade, oferecendo uma educação para a elite e outra para a classe trabalhadora. Por um longo tempo, aos trabalhadores da zona rural bastavam as primeiras letras. A educação escolar quando era oferecida, ocorria em prédios sem infraestrutura alguma, em salas multiseriadas, sem material didático, por professores sem formação para a docência. Enfim, o descaso com a educação escolar no campo, pelo do Poder Público, é parte da história de exclusão que caracteriza o processo histórico brasileiro.

Segundo o Artigo 212 da Constituição Federal aprovada em 1988,

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de ensino (BRASIL/ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Artigo 212).

Por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), foram garantidas por Lei medidas que destinam recursos financeiros para uma melhor adequação da escola à vida do campo, procurando

atender às especificidades do meio rural. É um novo tempo marcado por novos ritmos, a “modernidade” chega ao campo. Nesse novo contexto político, econômico e institucional, evidenciamos que, no cenário investigado, configura-se, na rede escolar rural, tanto municipal quanto estadual, por um lado, a existência de professores habilitados, ampla rede física, transporte escolar, material didático, por outro lado, os velhos problemas: evasão, repetência e desinteresse dos alunos pelas aulas. Frente ao desafio de “revolucionar” a educação no meio rural, que não se limite a transformar a atitude discriminatória, mas dedicado a reconstruir as estruturas profundas da economia política, da cultura e do poder nos arranjos sociais contemporâneos, comungamos com McLaren (2000), quando afirma:

O desafio é criar, no nível da vida cotidiana, um compromisso com a solidariedade aos oprimidos e uma identificação com lutas passadas e presentes contra o imperialismo, o racismo, o sexismo, a homofobia e todas as práticas de não liberdade, associadas à vida em uma sociedade capitalista de supremacia branca (MCLAREN, 2000, p. 285).

Uma escola rural, nos marcos de uma pedagogia crítica, proposta pelo paradigma da “Educação no Campo”²², pode questionar sobre como é possível viver a busca da modernidade por emancipação nos diversos ambientes culturais pós – modernos, sem que sejamos deformados por seu sofrimento e suas práticas de destruição.

Segundo Fonseca (2005), a escola não é simplesmente o lugar no qual se investe e produz, nem apenas o espaço que se estabelecem relações sociais e políticas, mas, acima de tudo, o espaço social de transmissão e produção de saberes e valores culturais. Nesse espaço, o professor de História ocupa uma posição estratégica, uma vez que o objeto de ensino de História é constituído de tradições, idéias, símbolos e significados, que dão sentido às diferentes experiências históricas vividas pelos homens nas diversas épocas. Ouvir o professor de História, refletir sobre sua formação, seus saberes e suas práticas pode oferecer subsídios para aprofundar uma reflexão sobre tensões, encontros, desencontros, avanços, retrocessos, enfim, sobre os caminhos da educação do campo no município de Araguari-MG.

²² Ver: Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Resolução CNE/CEB n. 1 – de 03 de abril de 2002.

1.3.2 As escolas rurais de educação básica (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) do município de Araguari-MG

Para complementar o desenho do cenário da trama, caracterizamos, a seguir, as escolas rurais onde atuam os sujeitos da pesquisa. Priorizamos o histórico das escolas, a rede física, o número de alunos e professores, as particularidades gerais dos alunos e os principais projetos desenvolvidos pelas escolas.

Sobre o currículo, as escolas estaduais rurais têm como proposta o Currículo Básico Comum – CBC. É a parte do programa curricular obrigatória em todas as escolas da rede estadual. Na proposta do CBC, está implícita a idéia de que existe um conhecimento básico de cada disciplina, que é necessário e fundamental para a formação da cidadania e que, portanto, precisa ser ensinado por todas as escolas e aprendido por todos os alunos que passam pela Educação Básica na rede estadual.

Nas escolas municipais, houve, em 2005, uma tentativa de unificar o currículo em todas as escolas da rede, aproximando-o da proposta curricular das escolas estaduais. Mas o que se efetivou, depois de algumas reuniões entre os professores de História, foi um currículo que seguia os conteúdos do livro didático.

O livro didático utilizado pelo município, em 2005, foi o mesmo nas quatro escolas: “Diálogos com a História”, de Kátia Corrêa Peixoto Alves e Regina Célia de Moura Gomide Belisário da Editora Positiva – Curitiba – 2004, para o Ensino Fundamental. Na E.E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha de Piracaíba foi usado o livro “História Crítica”, de Mário Schmidt (Editora Nova Geração, 2005), e o livro História para o Ensino Médio Brasil e Geral (volume único), de Gilberto Cotrim da Editora Saraiva. Na E.E. Arthur Bernardes do Amanhece, o livro escolhido para o Ensino Fundamental foi o mesmo que as escolas municipais utilizaram, e o do Ensino Médio foi o mesmo adotado na E.E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha de Piracaíba.

No que se refere à avaliação da aprendizagem dos alunos, as escolas rurais que atuaram os colaboradores, de uma forma geral, defendiam uma avaliação processual, somatória, formativa, continuada na qual se utilizavam vários instrumentos como: oral, escritos, pesquisas e trabalhos em grupo. As escolas da rede municipal adotavam conceitos: A (alto desempenho), B (bom desempenho), C (médio desempenho), D (fraco desempenho), E (insuficiente desempenho). As escolas estaduais

registravam a avaliação da seguinte forma: Primeiro Bimestre: 20 pontos, Segundo Bimestre: 20 pontos, Terceiro Bimestre: 30 pontos e Quarto Bimestre: 30 pontos.

1.3.2.1 Centro Educacional Municipal Ozório Vieira Carrijo



Foto 02 - Centro Educacional Municipal Ozório Vieira Carrijo na Comunidade do Barracão – Arquivo pessoal (2005)

Em meados de 1950, foi construída, na Comunidade do Barracão, a Escola Municipal Joaquim Nabuco. Com o processo de nucleação, a escola não conseguia atender à demanda de alunos, assim, foi construída uma nova escola, que passou, em 1994, a se chamar Centro Educacional Municipal Ozório Vieira Carrijo. O nome foi uma homenagem aos doadores do terreno.

A escola localizava-se a 50 km da cidade de Araguari-MG. Funcionava em dois turnos, vespertino e noturno. À tarde, atendia do pré-escolar até a oitava série. No período noturno, atendia ao EJA – Educação de Jovens e Adultos.

A rede física da escola era formada por 09 salas de aula; 01 secretaria, onde também funcionava a sala de direção; 01 biblioteca, também usada como sala de vídeo; 01 laboratório de informática com 03 computadores; 01 cantina, 01 galpão coberto e 01 quadra de esportes. Os recursos didáticos disponíveis eram: 01 televisão, 01 vídeo, 02 aparelhos de som, materiais pedagógicos de Ciências e Matemática e mapas.

Atendia, em 2005, 135 alunos, sendo 105 no turno vespertino e 30 alunos no noturno. A escola era composta por 25 funcionários, 18 professores - sendo 02 de História-, 01 supervisora, 01 diretora, 04 serviços gerais e 01 vigia.

Os alunos que estudavam no C.E.M. Ozório Vieira Carrijo, na grande maioria, eram filhos de trabalhadores rurais, pescadores e rancheiros. Os alunos do noturno eram trabalhadores rurais, pescadores e donas de casa. O fluxo escola não era grande, pois era uma região com grandes proprietários rurais de criação de gado, mantendo poucos empregados.

A escola priorizava o desenvolvimento de projetos para estimular a criatividade dos alunos por meio da interdisciplinaridade. Os trabalhos desenvolvidos, em 2005, eram: Páscoa, Dia das Mães, Gincanas, Coleta Seletiva, Meio Ambiente, Dia dos Pais, Auditórios comemorando as datas comemorativas.

1.3.2.2 Centro Educacional Municipal Rosa Mameri Rade



Foto 03 – Centro Educacional Municipal Rosa Mameri Rade, Comunidade do Alto São João – Arquivo pessoal (2005).

O C.E.M. Rosa Mameri Rade foi municipalizado no dia 28 de março de 1997, pela Lei n. 2948/94 e, pela Portaria n. 1418/97, de 22 de outubro de 1997, foi autorizada a extensão das séries, de quinta a oitava série e também a alteração da identificação de Escola para Centro Educacional Municipal, de ensino fundamental e educação infantil, autorizada pela 40^a Superintendência Regional de Ensino - Uberlândia.

A escola estava instalada em um prédio cedido pelo Estado, localizada a 12 km da sede do município e atendia aos alunos da região, distribuídos em torno de 40 km. Funcionava em dois turnos, matutino e vespertino. Eram, em 2005, 09 turmas, sendo 04 turmas das séries finais do ensino fundamental, no período da manhã, e 05 turmas no período da tarde, o pré-escolar e a séries iniciais o ensino fundamental.

A rede física da escola contava com 05 salas de aula, 01 sala de supervisão, 01 sala da direção, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 varanda, 01 sanitário masculino, 01 sanitário feminino, 01 banheiro de professores, 01 despensa, 01 quadra de esporte e 01 sala de computação com 03 computadores. Os recursos didáticos

disponíveis eram: 01 televisão, 01 vídeo, 01 aparelho de DVD, 01 aparelho de som, 01 mimeógrafo, 01 computador de uso da secretaria, 01 sala de informática com 03 computadores para uso dos alunos, jogos pedagógicos, mapas e coleções de livros pedagógicos para pesquisa.

A escola atendia, em 2005, 168 alunos nos dois turnos. O quadro de funcionários era composto por 01 diretora, 02 supervisoras, 01 secretária, 04 serviçais, 01 guarda-noturno e 16 professores, sendo 01 de História.

Os alunos do C.E.M. Rosa Mameri Rade eram crianças e adolescentes de toda região rural num raio de 40 km, que contavam com o transporte escolar municipal. Predominava a faixa etária de 05 a 15 anos. No que se refere ao nível de escolaridade dos pais prevalecia o ensino fundamental incompleto e a renda familiar entre 01 a 04 salários mínimos mensais.

De acordo com o Programa Político Pedagógico – PPP - , o C.E.M. Rosa Mameri Rade tinha como a finalidade desenvolver um trabalho sério, participativo e alcançar um nível de educação que pudesse ser ponto de referência na comunidade pela qualidade dos serviços prestados. Procurava realizar trabalhos interdisciplinares, cujos valores, expectativas, necessidades, costumes e manifestações culturais e artísticas da comunidade fossem referências para as atividades desenvolvidas.

A escola articulava-se com a comunidade por meio do Colegiado e de Projetos Coordenados, como: Campanha de Vacinação, Coleta Seletiva, Jogos Esportivos, Festival de Música, Festa Junina, Jornal Informativo, Influência da Cultura Negra e Grêmio Literário.

1.3.2.3 Centro Educacional Municipal José Inácio



Foto – 04: Centro Educacional Municipal José Inácio – Distrito da Contenda – Arquivo Pessoal (2005)

O C.E.M. José Inácio foi inaugurado dia 04/03/1971, com o nome de Escola Municipal Basílio da Gama. Funcionava numa fazenda na região de Contenda, com apenas uma sala de aula, sob a responsabilidade de uma professora, que tinha a função de lecionar para as quatro séries, primeira a quarta série, e de cuidar da administração geral da escola.

Com a chegada dos migrantes de outras localidades das regiões Sudeste, Sul e Nordeste, para as novas frentes de trabalho, houve a necessidade da construção de uma escola para receber um número maior de alunos. No dia 24/04/1989, foi inaugurada uma nova escola nas margens da Rodovia de ligação – 748 – km 20, área doada pelo Senhor Edgar Resende.

Em 1992, a escola passou a se chamar Centro Educacional Municipal José Inácio, em homenagem ao pai do Prefeito Wanderley Inácio. Foi a primeira escola rural do município de Araguari-MG a oferecer todo o ensino fundamental, nucleou outras 07 escolas vizinhas que existiam até então.

Em 1995, devido à reivindicação da comunidade, foi criado, nessa escola, o ensino médio, e o número de salas de aula foi ampliado. Em 2005, a rede física era composta por 13 salas de aula, divididas em 03 pavilhões. Possuía 01 secretaria, 01

cantina, 01 biblioteca, 01 sala de vídeo, 01 sala de supervisão, 01 sala de direção, 01 sala de professores, refeitório e pátio cobertos, 01 banheiro feminino, 01 banheiro masculino, 01 banheiro para professores e 01 sala de almoxarifado. A escola contava, também, com armários em todas as salas de aulas, 01 barzinho, arquivos para secretaria, 01 televisão de 29”, 02 aparelhos de som, máquina de xerox, máquina fotográfica, bebedouro industrial, retroprojektor, 01 DVD e 01 vídeo.

A escola atendia da educação infantil ao ensino médio, dividido nos três turnos. No matutino, eram 03 turmas de quarta série, 02 turmas de quinta série, 01 turma de sexta série, 01 turma de sétima série e 01 turma de oitava série. No vespertino, eram 02 turmas de pré-escolar, 01 turma de primeiro ano iniciante, 02 turmas de primeiro ano continuante, 01 turma de segundo ano e 01 turma de terceiro ano. O turno noturno atendia 01 turma de sexta série, 01 turma de sétima série, 01 turma de oitava série e 01 turma de cada série do ensino médio. Os sujeitos que ali interagiam constituíam-se de um total de 578 alunos, 36 professores, 08 funcionários para os serviços gerais, 01 zelador, 01 vigia, 01 diretora, 02 vice-diretoras, 03 supervisoras, 01 secretária e 01 auxiliar de secretaria.

Os alunos que estudavam no C.E.M. José Inácio eram oriundos de diversos níveis sócio-econômico-culturais, eram filhos de alguns fazendeiros, de agricultores familiares e de peões assalariados. Alguns, naturais da região do Distrito da Contenda, muitos, retirantes nordestinos, que trabalhavam nas lavouras de tomate, e emigrantes de diversas regiões do País. Em termos quantitativos, prevaleciam os alunos com baixa condição sócio-econômica. Apesar de alguns viverem em situação de insegurança alimentar, da diversidade cultural, do cansaço causado pelo exaustivo trabalho na lavoura, defasagem na aprendizagem, defasagem idade/ano escolar, os alunos eram considerados, na maioria, interessados pelos estudos, participativos e comprometidos com o trabalho escolar.

Segundo o PPP, o currículo da escola preocupava em ser fidedigno à base nacional comum e atender, na sua parte diversificada, às características locais e regionais. Eram realizadas atividades diversas, procurando envolver todos os professores, alunos e comunidade, como: excursões, rádio estudantil, patrulha da limpeza, auditórios, teatros, coral, cultos religiosos, festival integrado da canção, festivais culturais, família na escola, palestras, trabalho de campo, gincanas estudantis, aulas de violão e teclado, poesia e arte em toda parte e café com letras.

1.3.2.4 Centro Educacional Municipal Justino Rodrigues da Cunha



Foto – 05 Centro Educacional Municipal Justino Rodrigues da Cunha, Comunidade de Águas Claras – Distrito de Florestina – Arquivo Pessoal (2005)

O C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha localiza-se na região rural denominada Água Clara, no distrito de Florestina. Antes da construção do Centro Educacional, funcionava como Escola Municipal Cecília Meireles, na residência do fazendeiro proprietário das terras o Sr. Justino Rodrigues da Cunha. Em 1994, a Prefeitura Municipal de Araguari conseguiu a doação de um hectare (10.000 m) de terras, devidamente escriturado, da Senhorita Maria Terezinha de Oliveira, neta do Sr. Justino Rodrigues da Cunha. A pedido da família, o C.E.M. recebeu o nome do avô, antigo proprietário das terras.

A rede física da escola, em 2005, contava com 04 salas de aula, 01 sala de supervisão, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 sala de direção, 01 cozinha, 01 despensa, 01 cantina, 01 vestiário, 01 quadra de esportes coberta, 01 varanda, 01 sanitário masculino, 01 sanitário feminino, 01 banheiro de professores, 01 biblioteca e 01 sala de computação com 03 computadores. Os recursos didáticos disponíveis eram: 02 televisões, 01 vídeo cassete, 01 aparelho de som, 02 mimeógrafos, materiais pedagógicos de Ciências e de Matemática.

A escola funcionava em 03 turnos, matutino, vespertino e noturno. No turno matutino, estudavam os alunos das séries finais do ensino fundamental. No vespertino, estudavam os alunos da educação infantil até à quarta série. No turno noturno, funcionava o Projeto EJA. Frequentavam os três turnos 297 alunos. O quadro de

funcionários era composto por 01 diretora, 02 especialistas, 18 professores - sendo 02 de História - , 01 secretária, 04 serventes/cantoneiras, 01 zelador e 01 vigia.

Os alunos do C.E.M. Justino Rodrigues da Cunha eram procedentes de camadas sociais menos favorecidas, residentes na zona rural, e a grande maioria eram filhos de lavradores, portadores de um vasto conhecimento sobre a vida humana e a produção da região, como: pecuária, técnicas de plantio, irrigação, comercialização, proteção e devastação do meio ambiente, avanços tecnológicos na agricultura e hábitos sociais, como as festas tradicionais da região.

Para articular escola e comunidade, eram realizadas atividades cívicas e culturais abertas à comunidade. O colegiado era sempre convocado para as reuniões. Uma vez por bimestre, eram feitas reuniões com os pais. As campanhas de vacinações e palestras sobre o meio ambiente tinham lugar no espaço da escola, aberto para toda a comunidade.

Com o objetivo de estimular o interesse maior dos alunos pela escola, eram desenvolvidos projetos interdisciplinares como: Feira Saúde e Saber, Convite à Poesia e Auditório Cívico e o Projeto Xadrez, este último desenvolvido pelos alunos da UFU.



Foto – 06 Projeto Escolar: Valorizando nossa região. CEM Justino Rodrigues da Cunha – Comunidade de Águas Claras – Distrito de Florestina – Arquivo Pessoal (2005).

1.3.2.5 Escola Estadual Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha



Foto 07 – E. E. Coronel Lindolfo Rodrigues da Cunha – Distrito de Piracaíba – Arquivo Pessoal (2005)

Essa escola resultou da união das escolas mantidas pela Prefeitura e pelo Estado, conforme ata datada de 25/08/1955, que autorizou o funcionamento com o nome de Escolas Combinadas Rurais Cel. Lindolfo Rodrigues da Cunha. Pelo Decreto n. 19.472, de 17/10/1978, passou a denominar-se Escola Estadual Cel. Lindolfo Rodrigues da Cunha. Em 1991, foi ampliada a extensão de séries, por meio da Resolução n. 6.817, de 21/09/1991. O ensino médio foi criado, por meio do Decreto n. 36.183, de 07/10/1994. A partir de 16 de março de 1994, ficou autorizado o funcionamento do ensino médio por meio da Portaria n. 1.136/94. A Resolução da Secretaria de Educação do Estado n. 8.692/92, de 04/02/1998, autorizou a municipalização das turmas das séries iniciais do ensino fundamental. O processo de municipalização movimentou toda a comunidade escolar, que se mostrou, conforme depoimentos, contrária a esse processo, mas, na data mencionada, foi efetivada a municipalização. Até o ano de 2005, coabitavam, no mesmo prédio, duas Instituições, mantidas pelo Estado e pelo Município de Araguari-MG.

A rede física da escola apresentava um bom aspecto. Eram 07 salas de aula, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 laboratório, onde também era sala para professores e depósito, 01 cantina, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 banheiro para professores, 01 galpão, 01 secretaria exclusiva para a diretora da rede municipal.

Quanto aos recursos didáticos, a escola contava com 02 televisões, 02 vídeos, 01 antena parabólica, 01 retro-projetor. Possuía um computador para uso exclusivo da secretaria e uma máquina de xerox.

A escola atendia 200 alunos distribuídos em dois turnos, matutino e noturno. O turno da manhã oferecia as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio, e o noturno, apenas o ensino médio. O quadro de funcionários era composto por 01 diretor, 01 supervisor pedagógico, 01 bibliotecária, 02 auxiliares de educação, 04 ajudantes de serviços gerais e 21 professores, sendo 02 de História.

80% alunos da E.E. Cel. Lindolfo Rodrigues da Cunha eram residentes no próprio Distrito e os outros 20% de alunos residiam em fazendas. Em torno de 40% dos alunos, eram trabalhadores, dos quais aproximadamente, 30% perfaziam 08h00min de trabalho diariamente e 10% 06h00min. O nível de escolaridade dos pais, em sua maioria, era o ensino fundamental incompleto, e a renda familiar, entre 01 e 03 salários mínimos. Grande maioria dos pais estava desempregada no período de realização da pesquisa.

Segundo o PPP, o currículo escolar levava em conta a trajetória de formação dos alunos e tinha como objetivo induzi-los a conhecer novas realidades, novos horizontes, e possibilitar que os alunos se comunicassem com outras pessoas, não ficando ligados somente no mundo das quatro paredes da escola, quadro, giz e livros didáticos.

O processo pedagógico, de acordo com o PPP, estava apoiado na ação pedagógica e implicava: 1) resgatar a auto-estima do educando, enfocando a importância de sua inserção ativa no mundo; 2) partir da percepção ativa da realidade, da experiência real dos alunos; 3) buscar, por meio da percepção ativa da realidade, uma interiorização crítica, que levasse a provocar uma ação; 4) usar a criatividade e, adequadamente, as múltiplas linguagens na comunicação; 5) processar informações e posicionar-se diante delas.

Uma vez por mês, acontecia reunião com os pais para realização do Projeto Escola para pais. Esse Projeto tinha como objetivo refletir sobre o relacionamento familiar e a valorização da família. Cada mês, um professor ficava responsável para organizar o encontro ou convidar um palestrante. Ao final de cada período, acontecia o contato com a família, para a entrega dos resultados obtidos pelos alunos, após a reunião do Conselho de Classe. A comunidade participava também dos eventos socioculturais.

A escola priorizava o desenvolvimento de projetos interdisciplinares como: Projeto carnaval na Escola, Homenagem a Mulher, Projeto Meio Ambiente, Grêmio Estudantil, Festa da Páscoa, Jogos Estudantis, Festa Junina, Aniversário da Escola e Festival de Música.

1.3.2.6 Escola Estadual Artur Bernardes



Foto 08 – Alunos da EE Artur Bernardes, Distrito de Amanhece – Arquivo pessoal (2005)

A E. E. Artur Bernardes, ensino fundamental e médio, integrante da rede estadual de ensino, estava localizada à Rua Osvaldo Cruz, número 149, no Distrito de Amanhece, município de Araguari-MG. Recebeu esse nome em homenagem ao governador do estado de Minas Gerais e ex-presidente da República, no período de 1922-1926 (Artur Bernardes). O prédio escolar foi construído no período de 1956 a 1960 e inaugurado em 1962. Teve como fundadores os Sr. Lourival Brasil Filho, Senhor Orlando Peixoto Neto e Sr. Eduardo Rodrigues da Cunha Neto.

Em 1985, foi autorizada a extensão de séries gradativas, conforme Resolução n 5.285/85 publicada no Diário Oficial – MG, de 01/03/85. Em conformidade com a Resolução n 8691, de 04/02/98, a escola passou pelo processo de Municipalização das séries iniciais do ensino fundamental. A Municipalização ocorreu de forma imposta, contrariando toda a comunidade escolar.

Em 2005, a escola atendia 459 alunos nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Eram 10 turmas das séries finais do ensino fundamental e 06 turmas de ensino médio, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Contava com 44 servidores, sendo 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 especialista, 01 secretária, 01 bibliotecária, 02 auxiliares de secretaria, 07 auxiliares de serviços gerais e 30 professores - sendo 02 de História.

A rede física da escola era uma construção antiga, bastante danificada, que necessitava de reformas urgentes. Eram 09 salas de aula, 01 sala para uso da biblioteca, 01 pequena cantina, 01 sala de direção, onde funciona também a secretaria, 01 sala de professores, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino e 01 banheiro para professores. Em relação aos equipamentos permanentes, a escola recebia, em 2005, verba anual do FNDE, cujas prioridades eram definidas em Assembléia Geral do Colegiado²³. Os recursos disponíveis da escola eram: 02 aparelhos de televisão, 01 vídeo cassete, 01 aparelho de som, 01 computador para uso da secretaria e 01 retro-projetor.

Os alunos atendidos pela E.E. Artur Bernardes eram bastante diversificados sob os aspectos sociais, econômicos e culturais. De acordo com o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, podiam-se considerar os alunos como sendo de classe média-baixa, onde todos os membros da família trabalhavam nas atividades agrícolas e/ou desenvolviam atividades informais para a garantia do sustento familiar. Culturalmente, os alunos tinham dificuldades de acesso aos meios de comunicação escrita, como jornais e revistas, o que dificultava o hábito da leitura e, conseqüentemente, da escrita. Não freqüentavam cinemas, teatros e não tinham acesso à informática.

A maioria dos alunos residia em diferentes áreas da zona rural, distantes da escola. Eram usuários do transporte escolar, por isso, tinham de acordar muito cedo e retornar às suas casas muito tarde, em decorrência do tempo gasto no percurso. A situação era agravada no turno noturno, pois os alunos chegavam a suas casas de madrugada e precisavam acordar cedo para o trabalho no campo.

²³ O colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes a gestão administrativa e financeira, respeitando as normas legais vigentes. É composto pelo Diretor, membro nato e por quatro componentes com seus respectivos suplentes. Abrangendo os seguintes segmentos: pais, alunos, professores e demais servidores da escola, eleitos em Assembléia Geral.

Com o objetivo de sanar as dificuldades de aprendizagem, a escola procurava desenvolver projetos interdisciplinares, envolvendo alunos, professores e a comunidade, como: Olimpíada de Matemática, Concurso Literário, Festival da Canção, Feira Cultural, Mostra de Trabalhos Artísticos, Filmes educativos e interessantes, que estimulassem a discussão e o debate.

Bimestralmente, a escola convocava os pais ou responsáveis para discutir sobre a frequência e o desempenho dos alunos. Na ocasião, cada professor tinha a oportunidade de conhecer e conversar com os pais sobre os sucessos e insucessos dos seus filhos. Eram entregues os boletins, e discutia-se sobre projetos que contemplassem a maior participação dos pais na vida escolar.

Nesse cenário complexo, ambíguo, marcado por transições, mudanças e permanências é que desenvolvemos a investigação, buscando compreender caminhos, possibilidades para uma educação do campo que levasse em conta as especificidades, as singularidades deste cenário e dos sujeitos históricos.